



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3780

Projeto “Central Solar Fundão – Penamacor”

junho de 2025

Título: Relatório de Consulta Pública
AIA 3780
Projeto Central Solar Fundão Penamacor

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: junho de 2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	3
3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS	3
4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	4
5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	4

ANEXO

- Exposições Recebidas

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto “Projeto Central Solar Fundão Penamacor.”

O proponente do Projeto é a Empresa Lestenergia – Exploração de Parques Eólicos, S.A.

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública deste Projeto decorreu durante 30 dias úteis, de 17 de abril a 02 de junho de 2025.

3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios:
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.
 - Câmara Municipal do Fundão.
 - Câmara Municipal de Penamacor.
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social.

Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no Portal PARTICIPA.PT.

- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE.
- Envio de comunicação a entidades.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

No âmbito da consulta pública foram recebidas 157 exposições com a seguinte proveniência:

Administração Local:

- Câmara Municipal do Fundão.
- Junta de Freguesia Três Povos.

Administração Central:

- Direção-Geral do Território (DGT).

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA)/Outras Associações:

- CHIRO - Associação Morcegos.PT
- Vulture Conservation Foundation (VCF), em representação do consorcio Projeto LIFE Aegypius return.
- Biond - Associação das Bioindústrias de Base Florestal
- Altri Florestal, S.A.

Cidadãos:

- 148 Cidadãos em nome individual.
- Association White Stone.
- Movimento Cívico da Gardunha.

5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Administração Local:

Câmara Municipal do Fundão

Refere que a empresa deverá desenvolver as seguintes medidas, para além das já propostas no Estudo de Impacte Ambiental (EIA) em apreciação:

- Redução do Impacto na Biodiversidade e na Paisagem;
- Mitigação de impactes ambientais e integração paisagística;
- Redução da pegada ecológica e valorização dos serviços de ecossistema;
- Plano de reposição do solo após o fim de vida útil da infraestrutura ou cessação da exploração;
- Compatibilidade com atividades agro-silvo-pastoris (integração agrovoltáica);
- Reflorestação com espécies de árvores autóctones em áreas definidas pela comunidade local.

Medidas de Compensação:

- Geração de emprego e envolvimento de empresas e trabalhadores locais;
- Disponibilização de eletricidade produzida pela central ou de excedentes da UPAC para comunidades de energia ou para indústrias locais, criando fatores de competitividade local;
- Proposta de medidas de compensação não pecuniárias, como:
 - Investimentos em mobilidade;
 - Apoio a projetos de relevante impacto social;

- Promoção de projetos culturais e artísticos;
 - Apoio ao empreendedorismo local;
 - Investimento em eficiência energética.
- Requalificação de estradas e/ou caminhos vicinais na área de influência dos projetos;
 - Apresentação de Relatório de Participação Pública e Envolvimento das comunidades locais, fomentando a transparência e o envolvimento comunitário.

Junta de Freguesia de Três Povos

Discorda do projeto em avaliação e manifesta a sua preocupação face à instalação desta central fotovoltaica:

1. A instalação desta central fotovoltaica terá um impacto significativo sobre toda a fauna, flora, agricultura e paisagem envolvente, contribuindo também para o agravamento do aquecimento da região.
2. Consideram essencial que seja promovido um esclarecimento presencial junto da população, com uma explicação clara sobre o alegado "papel estratégico" desta infraestrutura e os benefícios reais que poderá trazer para o concelho, em especial para os residentes da nossa freguesia.
3. É importante questionar o verdadeiro impacto destes projetos, considerando que, apesar da proliferação de parques fotovoltaicos em exploração ou em vias de o serem, a fatura da eletricidade continua a aumentar. Acresce ainda a existência da "taxa de energias renováveis", cobrada mensalmente a cada contribuinte, valor que reverte para os produtores de energia renovável pela eletricidade injetada na rede.
4. Não existem planos de compensação devidamente definidos nem mecanismos de monitorização a longo prazo. Não há qualquer estudo que avalie o impacto direto nas populações, apesar de existirem provas científicas, que demonstram os riscos que a proximidade destes projetos, podem representar para a saúde pública.
5. Reforçam que deverá ser obrigatória a realização de visitas aos locais identificados, de forma a clarificar a localização exata de todas as infraestruturas: passagens aéreas (linhas de alta tensão), postes, área de implantação do parque, entre outros pontos que interfiram diretamente com a nossa freguesia. Deve ainda ser identificada a titularidade de todos os terrenos afetados, quer pela instalação do parque e postes, quer pela passagem dos cabos.

Administração Local:

Direção-Geral do Território (DGT)

1 - Rede Geodésica

1.1 - Informa-se que todos os vértices geodésicos pertencentes à Rede Geodésica Nacional (RGN) e todas as marcas de nivelamento pertencentes à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP), são da responsabilidade da Direção-Geral do Território (DGT). A RGN e a RNGAP constituem os referenciais oficiais para os trabalhos de georreferenciação realizados em território nacional e encontram-se protegidas pelo Decreto-Lei nº 143/82, de 26 de abril.

1.2 - Relativamente à RGN, deverá ser respeitada a zona de proteção dos marcos, que é constituída por uma área circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 metros de raio e assegurado que as infraestruturas a implantar não obstruem as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação.

Da análise da localização da Central Solar Fundão-Penamacor, verificou-se que dentro da área de intervenção deste projeto existe um vértice geodésico pertencente à RGN, denominado "Santa Marta", pertencente à folha 21-C da Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000.

1.3 - No que respeita à RNGAP, informa-se que não existem marcas de nivelamento dentro da área de intervenção deste projeto.

1.4 - A informação sobre a localização dos vértices geodésicos da RGN e das marcas de nivelamento da RNGAP pode ser obtida através dos serviços WMS em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/dados-abertos>

2 - Cartografia

A cartografia topográfica, vetorial ou imagem, nas escalas entre 1:1 000 e 1:10 000, e também na escala 1:25 000, deve ser homologada ou oficial, cf. preconizado no Decreto-Lei 193/95, de 28 de julho, na sua atual redação. A utilização de cartografia topográfica sujeita a direitos de propriedade carece de autorização de utilização pela respetiva entidade.

3 - Limites Administrativos

A representação dos limites administrativos deve ser realizada recorrendo à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) em vigor, disponível na página de internet da DGT.

Conclusão

O parecer da DGT é favorável condicionado, devendo ser respeitado o mencionado na Rede Geodésica, no cumprimento do referido na Cartografia e nos Limites Administrativos.

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA)/Outras Associações

Listam-se os aspetos mais relevantes, destacados nas exposições, apresentados pelas ONGA e outras Associações que sustentam as suas preocupações sobre o Projeto em análise:

CHIRO - Associação Morcegos.PT

Recomendações:

Face aos potenciais impactes negativos provocados pela CS Fundão-Penamacor, considera-se que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) terá de incluir os seguintes aspetos relativamente aos morcegos:

- Caracterização da situação de referência (ano 0) que inclua amostragens acústicas (campanhas mensais de março a outubro; detetores de ultrassons passivos de espectro total; amostragens contínuas desde o pôr-do-sol até mínimo de 4h depois; número de locais de amostragem adequados à dimensão da CS e aos principais habitats presentes).
- Prospeção/monitorização de abrigos (raio de até 10km ao redor da área de implantação da CS e 200m em redor dos apoios da linha elétrica com especial atenção aos períodos de hibernação e maternidade e às antigas explorações mineiras identificadas).
- Avaliação dos impactes provocados pela Central.

- Avaliação dos impactos cumulativos com outros projetos em locais próximos, que possam originar mortalidade sobre os morcegos e alterações significativas de habitat (Sub-parques eólicos de Penamacor 1 e 2; vias de comunicação, sistemas agrícolas - Aproveitamento Hidroagrícola Cova da Beira; projetos de energia renovável em produção ou previstos). Estes projetos, em fase de exploração ou previstos para a região, têm de ser considerados na análise de impactos cumulativos.
- Plano de Monitorização (PM) que inclua pelo menos os dois primeiros anos de exploração e caso se considere necessário, também a fase de construção da CS. O PM deverá adotar as metodologias já implementadas para o ano 0 (se necessário, ajustá-las) e determinar a mortalidade provocada pela CS (prospecção de cadáveres semanal pelo menos de março a outubro, nas áreas dos painéis fotovoltaicos, linha elétrica, postos de transformação e vedações; amostragens de fatores de correção de estimativas de mortalidade).

Consideram, ainda, que o Projeto:

- Não deverá afetar núcleos de quercíneas, nomeadamente os que contenham árvores maduras ou de maior porte.
- Deverá manter/criar corredores ecológicos que aumentem a conectividade entre os principais habitats utilizados pelos morcegos (núcleos de quercíneas, galerias ripícolas e outros que venham a ser detetados nos estudos de caracterização, dentro e fora da área de implantação da CS).
- Deverá implementar medidas de minimização de risco de mortalidade de espécies arborícolas, aquando do corte de árvores, principalmente árvores maduras.
- Deverá implementar medidas de mitigação de perda de habitat em áreas adjacentes à CS, e de minimização do efeito barreira, como por exemplo a criação de novas áreas florestais com sobreiros e outras folhosas autóctones, estabelecimento de corredores ecológicos entre núcleos de painéis solares, etc. Estas medidas irão favorecer também outros grupos faunísticos.

Vulture Conservation Foundation (VCF), em representação do consorcio Projeto LIFE Aegypius return

1. Insuficiência da Avaliação de Fauna

- A caracterização da fauna foi realizada num único dia (20/05/2024), o que compromete a robustez da análise, especialmente no que respeita à avifauna.
- O estudo não contempla adequadamente espécies planadoras e de rapina, como o abutre-preto.

2. Omissão de Espécies Relevantes

- O abutre-preto, com colónias reprodutoras na Malcata (14 casais em 2023), foi ignorado no EIA.
- A área é usada regularmente por esta espécie e deve ser considerada área crítica, conforme critérios do ICNF.

3. Medidas Técnicas Recomendadas

- Enterramento das linhas elétricas sempre que viável.
- Sinalização eficaz com dispositivos tipo *fireflies*.
- Isolamento total dos apoios elétricos (média e alta tensão).
- Cumprimento de normas técnicas do ICNF (2019) para prevenção de colisão e eletrocussão.

4. Impacto Significativo na Avifauna

- O risco de mortalidade de aves, mesmo que individual, tem impacto direto na sobrevivência de populações vulneráveis.
- Deve ser considerada a exclusão da área como zona de alimentação e dispersão.

5. Avaliação de Impactos Cumulativos

- A análise no EIA é superficial e não contempla devidamente os efeitos de outros projetos vizinhos, comprometendo a biodiversidade.

6. Enquadramento Estratégico

- A Avaliação de Impacte Ambiental deve clarificar o papel da CSFP no contexto das Áreas de Aceleração das Energias Renováveis (GTAER, 2024).

7. Proposta de colaboração e medidas compensatórias

- Defende diálogo com entidades de conservação para definir compensações face aos impactos inevitáveis do projeto.
- A LIFE Aegyptius Return disponibiliza dados científicos para apoiar a decisão

Biond – Associação das Bioindústrias de Base Florestal

Esta Associação entende ter ficado claro que a solução de permitir subtrair área florestal ao território podendo ser fundamentado do ponto de vista energético, aponta para uma desconexão entre programas estratégicos.

Reitera a advertência de que retirar floresta instalada com gestão ativa, sem quaisquer contrapartidas biofísicas de compensar as mesmas, compromete a sustentabilidade ecológica e económica. Idealmente, a compensação de perda de área arborizada devia ser realizada antes da desflorestação, considerando o tempo necessário ao estabelecimento da nova floresta.

Propõem que os promotores do investimento contemplem como medida compensatória a instalação de povoamentos para todas as espécies florestais afetadas, de dimensão similar à área arrancada, ou mesmo superior, como forma de promover o aumento do coberto florestal no País, evitando que o país incorra num custo desnecessário de desflorestação e de impacto na paisagem.

A Altri Florestal, S.A. partilha da posição assumida pela Empresa Biond e acrescenta, ainda, no seu parecer:

O projeto, Central Solar de Fundão-Penamacor (126,07 MWp) – CSFP, e respetiva subestação e Linha de interligação, a 60 kV, entre a Central Solar de Fundão Penamacor e a Subestação de Benquerença – LE-CSFP.SBQ, afeta áreas de eucalipto e pinheiro.

No Relatório Síntese, não é claro se está salvaguardada a Faixa de Gestão de Combustíveis de 100m e se esta faixa se encontra na área de implementação da Central. Caso contrário, a área a desflorestar será maior do que a apresentada.

A desflorestação de cerca de 265 ha não é compensada nos seus valores de floresta, mesmo que no limite fosse possível uma plantação de cerca de 18 ha de sobreiro ou pinhal que compensasse a perda de sequestro de carbono, a floresta é mais do que carbono, é regulação do clima, biodiversidade, é refúgio da fauna, é conservação e proteção do solo, é proteção das linhas de água, é fonte de alimentos como cogumelos, de pastoreio, de apicultura, é recreio, são serviços de ecossistema que a área 18 ha não compensa 265 ha.

A compensação da floresta removida deveria ser no mínimo através da arborização da mesma espécie, no caso de eucalipto, de área equivalente à área desflorestada.

Deste modo reforçam a necessidade de enquadramento legal para projetos que reponham a área florestada intervencionada, para todas as espécies, através de mecanismos de compensação ou outros que se entenda apropriados.

Cidadãos:

Posição dos Cidadãos e Associações:

- 148 cidadãos manifestaram-se: 2 a favor e 146 contra o projeto.
- Associação White Stone e Movimento Cívico da Gardunha opõem-se ao projeto.

Motivos da Oposição ao Projeto:

- Projeto localizado em zonas protegidas REN (Reserva Ecológica Nacional e RAN (Reserva Agrícola Nacional) e Projeto inserido no Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional reconhecido pela UNESCO.
- Proximidade de habitações (a menos de 500 metros).
- Destruição significativa de sobreiros, azinheiras, oliveiras, áreas agrícolas e florestais.
- Risco para património geológico e habitats de interesse comunitário.
- Consumo de água elevado para limpeza dos painéis.
- Vedação da área impede circulação de fauna e acesso a linhas de água.
- Falta de definição para reposição de árvores abatidas.
- Existência de outras centrais próximas (efeitos cumulativos).

Impactos Negativos Identificados:

- Ambientais: perda de biodiversidade, degradação do solo, erosão, desertificação, redução de sequestro de CO₂.
- Clima: aumento do aquecimento local, agravamento da desertificação, maior escassez hídrica.
- Económicos: desvalorização imobiliária, prejuízo no turismo, redução de investimento local.
- Sociais: falta de consulta à população local, ausência de benefícios diretos para a comunidade.
- Paisagem: degradação visual e vedação de corredores ecológicos.
- Saúde pública: EIA omite análise dos impactos na população com doenças crónicas (maioria local).

Propostas e Reivindicações:

- Privilegiar autoconsumo e comunidades de energia locais.
- Utilização de espaços já artificializados (parques industriais, telhados, etc.).
- Limitação de grandes centrais e preferência por soluções sustentáveis e locais.
- Revisão do EIA (capítulo 6.10) com dados desagregados por idade e saúde.
 - Avaliação de riscos reais para doentes crónicos e implementação de medidas mitigadoras (zonas verdes, sombras, barreiras acústicas).
 - Inclusão de princípios de justiça territorial e intergeracional no planeamento energético respeitando os direitos fundamentais das populações do Interior profundo.

ANEXO

Exposições Recebidas



Dados da consulta

Nome resumido	Central Solar Fundão-Penamacor
Nome completo	Central Solar Fundão-Penamacor
Descrição	A Central Solar de Fundão Penamacor irá hibridizar com o Parque Eólico de Penamacor, injetando energia através de uma linha elétrica na subestação de Benquerença. A construção da Central Solar Fundão-Penamacor e respetiva Linha Elétrica, desempenha um papel estratégico no aumento da produção de energia renovável, otimizando o ponto de injeção na RESP, alinhando se às metas nacionais de transição energética e redução de emissões de gases de efeito estufa. Ao combinar as fontes solar e eólica, o Projeto permitirá uma maior diversificação da matriz energética, melhorando a estabilidade da produção e compensando a intermitência da geração eólica em períodos de baixa intensidade de vento.
Período de consulta	2025-04-17 - 2025-06-02
Data de início da avaliação	2025-06-03
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	Lestenergia Exploração de Parques Eólicos, S A .
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	Cristina Sobrinho

Eventos

Documentos da consulta

EIA; RNT; Aditamento EIA; EIA Anexos;
Peças Desenhadas

<https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3780>

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância	2
Discordância	141
Geral	4
Proposta concorrente	0
Reclamação	8
Sugestão	2

Participações

ID 85202 Altr Florestal em 2025-06-02

Comentário:

Ex.mos SenhoresA Altr Florestal subscreve a participação enviada pela Biond, e adiciona os comentários em anexo.Cumprimentos

Anexos: 85202_AF_CP_CSolarcfundao penamacor_AIA 3780.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85201 Nikki Swain em 2025-06-02

Comentário:

Na qualidade de residente na freguesia de Vale de Prazeres , rejeito a implementação deste projeto nos moldes definidos pelo promotor do mesmo, pelos seguintes motivos- Não estão previstos quaisquer benefícios para a comunidade em termos energéticos, económicos, ambientais ou sociais.- Discordo frontalmente da afirmação feita no estudo de que a população já está familiarizada com este tipo de infra-estruturas, que o impacto não seria muito significativo e que as juntas de freguesia estão abertas a projectos deste tipo, apesar de nunca terem sido consultadas ou sequer informadas da existência deste projeto.- Preocupa-me muito o impacto sobre o ambiente, a saúde, o consumo de água e o microclima local.- Do ponto de vista económico, só se pode esperar uma desvalorização

do património da zona, efeitos extremamente negativos no turismo local e uma diminuição generalizada do investimento na região.- Rejeito a progressiva desvalorização de toda a região para um mero parque industrial e energético e defendo, pelo contrário, a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, a par do turismo sustentável e da regeneração territorial.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85200 Sasha em 2025-06-02

Comentário:

Ugly, damaging to the environment and landscape, destructive, inefficient.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85199 CHIRO - Associação Morcegos.PT em 2025-06-02

Comentário:

Face aos potenciais impactes negativos provocados pela CS Fundão-Penamacor, considera-se que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) terá que incluir os seguintes aspetos relativamente aos morcegos:•Caracterização da situação de referência (ano 0) que inclua amostragens acústicas (campanhas mensais de março a outubro; detetores de ultrassons passivos de espectro total; amostragens contínuas desde o pôr-do-sol até mínimo de 4h depois; número de locais de amostragem adequados à dimensão da CS e aos principais habitats presentes).•Prospecção/monitorização de abrigos (raio de até 10km ao redor da área de implantação da CS e 200m em redor dos apoios da linha elétrica com especial atenção aos períodos de hibernação e maternidade e às antigas explorações mineiras identificadas).•Avaliação dos impactes provocados pela CS.•Avaliação dos impactes cumulativos com outros projetos em locais próximos, que possam originar mortalidade sobre os morcegos e alterações significativas de habitat (Sub-parques eólicos de Penamacor 1 e 2; vias de comunicação, sistemas agrícolas - Aproveitamento Hidroagrícola Cova da Beira; projetos de energia renovável em produção ou previstos). Estes projetos, em fase de exploração ou previstos para a região, têm que ser considerados na análise de impactos cumulativos.•Plano de Monitorização (PM) que inclua pelo menos os dois primeiros anos de exploração e caso se considere necessário, também a fase de construção da CS. O PM deverá adotar as metodologias já implementadas para o ano 0 (se necessário, ajustá-las) e determinar a mortalidade provocada pela CS (prospecção de cadáveres semanal pelo menos de Março a Outubro, nas áreas dos painéis fotovoltaicos, linha elétrica, postos de transformação e vedações; amostragens de fatores de correção de estimativas de mortalidade). Considera-se ainda

que o Projeto:•Não deverá afetar núcleos de quercíneas, nomeadamente os que contenham árvores maduras ou de maior porte.•Deverá manter/criar corredores ecológicos que aumentem a conectividade entre os principais habitats utilizados pelos morcegos (núcleos de quercíneas, galerias ripícolas e outros que venham a ser detetados nos estudos de caracterização, dentro e fora da área de implantação da CS).•Deverá implementar medidas de minimização de risco de mortalidade de espécies arborícolas, aquando do corte de árvores, principalmente árvores maduras.•Deverá implementar medidas de mitigação de perda de habitat em áreas adjacentes à CS, e de minimização do efeito barreira, como por exemplo a criação de novas áreas florestais com sobreiros e outras folhosas autóctones, estabelecimento de corredores ecológicos entre núcleos de painéis solares, etc. Estas medidas irão favorecer também outros grupos faunísticos. A CHIRO – Associação Morcegos.PT2 de junho de 2025

Anexos: 85199_PARECER_TÉCNICO_SOBRE_EIA_CSF_Fundao-Penamacor.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85198 Artur Lourenço em 2025-06-02

Comentário:

A energia solar é muito importante, se nao for apenas p ara favorecer as grandes empresas de energia e sim as populações. Mas abater, como tem acontecido, milhares de arvores e destruir terras ferteis para a construção de centrais solares é um crime de lesa patria. É criminoso também que quem deve proteger a natureza e as populações nao faça. Nao à constrcao de mais um atentado ambiental...em nome da natureza. Enfim...

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85197 Joao guerreiro em 2025-06-02

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85196 Biond - Associação das Bioindústrias de Base Florestal em 2025-06-02**Comentário:**

Exmos. Senhores, Em anexo o contributo da Biond. Ao dispor para os esclarecimentos que considerarem necessários.

Anexos: 85196_20250602_Biond_CFV_Penamacor.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85195 Morgane bernier em 2025-06-02**Comentário:**

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela? 2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca? 3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial? 4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha? 5. Porquê saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã? 6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas? 7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado? 8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só? 9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10. Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85194 Josselin Chataignon em 2025-06-02

Comentário:

Não concordo com o projeto: pelo seu impacto negativo sobre o ambiente, pela degradação das condições de vida da população, Não trago desinvestimento, Não vai criar emprego a longo prazo,

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85193 Margarida em 2025-06-02

Comentário:

A região não fica a ganhar com tanta poluição visual ale alteração do ecossistemas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85192 Sibylle Kittler em 2025-06-02

Comentário:

Discordo deste projeto por prejudicar ecossistemas autóctones e não respeitar o meio envolvente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85191 Tom em 2025-06-02**Comentário:**

Olá, Quero deixar claro que não concordo com o projeto deste parque solar previsto para Penamacor. Não porque sou contra energia solar bem pelo contrário, mas porque este tipo de mega projeto não é uma solução sustentável, e muito menos local. Isto é fachada verde. Não é transição ecológica. Transformar campos ou zonas naturais em áreas industriais cheias de painéis não é “verde”. Quem ganha são as grandes empresas, não a comunidade local. Isto é uma forma moderna de exploração do território com um selo verde colado por cima. E depois? Alguém pensou nisso? O solo vai ficar impróprio para uso agrícola ou natural. Daqui a 20 ou 30 anos, quando os painéis estiverem fora de serviço, quem vai limpar isto tudo comprar de novo? Os painéis têm materiais diferentes todos pegados. Sem um plano sério de reciclagem, estamos a criar lixo tóxico camuflada. Energia? Vai toda para fora. A energia não é para quem vive aqui. A terra é ocupada, a paisagem destruída, e o benefício para quem vive ao lado é zero. Eu acho que a outros estratégias. Colocar painéis em telhados, em parques de estacionamento, ou em aterros — isso sim faz sentido mas na mesma sem plano de reciclagem.....? Pequenos projetos comunitários, autoconsumo, como já existe em outros países por exemplo País Baixas. cooperativas locais isso sim é futuro. Não precisamos de campos inteiros de espelhos a refletir uma falsa promessa energia que vai para fora e depois volta na nossa casa depois de pagar. Portanto, oponho-me a este projeto como está. Não por ser contra a energia solar, mas por ser contra este modelo de “desenvolvimento” que só serve interesses de fora, com impacto ambiental real e duradouro cá dentro. Cumprimentos, Tom

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85190 Ana Cunha em 2025-06-02**Comentário:**

Em ficheiro anexo.

Anexos: 85190_CP_CentralSolar_Fundao_Penamacor.pdf

Estado: Tratada**Tipologia:** Reclamação**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85189 Freguesia de Três Povos em 2025-06-02**Comentário:**

Boa tarde Exmos. Senhores, No seguimento da consulta publica referente "Central Solar Fundão-Penamacor", com 265 hectares prevista para os concelhos de Fundão e de Penamacor vai afetar as localidades de Três Povos, Mata da Rainha, Penamacor, Benquerença, Meimoa e Vale da Srª da Póvoa, somos a discordar. Esta central irá afetar toda a fauna, flora, agricultura e toda a nossa paisagem em redor, para além do aquecimento da nossa região! É do interesse para qualquer cidadão existir um esclarecimento presencial e uma breve explicação sobre o "papel estratégico" e dos benefícios para toda a população do concelho, principalmente para toda a população residente na nossa freguesia. A freguesia disponibiliza local para esses esclarecimentos. Até lá a nossa discordância permanecera referente a este projeto. Infelizmente mesmo com tanto parque em exploração e em vias de exploração, continuamos a pagar uma fatura de luz cada vez mais cara! Para além da taxa que cada contribuinte paga na fatura mensal referente a ""taxa de energia renováveis" (valor pago aos produtores de energia renovável pela energia que fornecem à rede"). Registamos também que não estão previstos quaisquer planos de compensação claramente definidos, nem posterior monitorização dos mesmos, nem estudo sobre o seu impacto nas populações, uma vez que está comprovado cientificamente os riscos que a proximidade acarretam para a saúde nomeadamente, Alzheimer, tumores, esclerose, depressão, problemas de coração, entre outros. Somos a informar que será obrigatório visita aos locais, de modo a nos indicarem todas as passagens aéreas (linha de alta tensão), instalações de postes, localização do parque entre todos outros pontos de interferência com a nossa freguesia, incluindo todos os proprietários dos terrenos, tanto com instalação de postes e parque, como na passagem de cabos. Aguardamos a vossa resposta e esclarecimentos, Com os melhores cumprimentos, Presidente da Freguesia de Três Povos, Luis Cerdeira

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85188 Tommy em 2025-06-02**Comentário:**

Sou contra o parque de painéis solares, por causa da destruição em grande escala da natureza

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85187 Ana Lopes em 2025-06-02**Comentário:**

Não concordo com este projecto. Não tem benefícios. É importante preservar os sistemas ecológicos e não criar mais desertos solares.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85186 Lilach em 2025-06-02**Comentário:**

Este é um projeto horrível para as pessoas que vivem aqui. Está destruindo a natureza ao nosso redor. Eu entendo a importância da energia limpa, mas temos painéis solares mais do que suficientes nesta área. Esta está se tornando uma área inabitável para as pessoas!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85185 Ana Cunha em 2025-06-02**Comentário:**

No âmbito da Consulta Pública referente ao projeto da Central Solar Fundão- Penamacor, vem o Município do Fundão manifestar a sua posição perante o assunto em apreço. Considerando o contexto atual relativamente à emergência de alteração do modelo energético, com vista à produção de energia mais segura, sustentável e a preços mais acessíveis, e à necessidade de acelerar a transição energética, de modo a reduzir a dependência de energias fósseis; as questões inerentes às alterações climáticas e os seus impactos negativos decorrentes, designadamente, do uso de energias fósseis, a Câmara Municipal do Fundão reconhece a importância, nacional, da instalação de centrais solares fotovoltaicas. No entanto, é também posição da Câmara Municipal que os promotores dos projetos desta natureza devem especificar qual o interesse municipal dos mesmos, em particular para as comunidades locais afetadas pela instalação destes parques e ainda, quais as externalidades positivas na vida e no território abrangido pelo concelho, razão pela qual a instalação de parques solares, de acordo com n.º7 do artigo 11º do Plano Diretor Municipal (publicado no Diário da República 2ª Série, pelo Aviso n.º 20155-I/2023, de 20 de outubro, com as alterações introduzidas por: Aviso n.º 1578/2024, de 22 de janeiro e Aviso n.º 2118/2025/2, de 23 de janeiro), está sujeita à emissão de Declaração de Interesse Municipal. Assim, devem ser acauteladas e/ou desenvolvidas as seguintes medidas de Mitigação e Compensação, de forma a ressarcir as comunidades locais do impacto que a instalação de uma central solar com uma área de cerca de 60 hectares no concelho do Fundão representa. Uma área desta dimensão, manifesta, sempre, uma

alteração significativa na paisagem local, sobretudo em zonas anteriormente ocupadas por vegetação natural. Apesar da distância ao aglomerado populacional mais próximo ser de 1,5 km (Quintas da Torre), salienta-se a existência de alguns edifícios e quintas isoladas para os quais a visibilidade da central pode ser relevante, já que a área de intervenção se localiza a cotas de baixa altitude. Desta forma, deve a empresa desenvolver as seguintes medidas, para além das já propostas no EIA em apreciação: Redução do Impacto na Biodiversidade e na Paisagem: ☐ Mitigação de impactes ambientais e integração paisagística; ☐ Redução da pegada ecológica e valorização dos serviços de ecossistema; ☐ Plano de reposição do solo após o fim de vida útil da infraestrutura ou cessação da exploração; ☐ Compatibilidade com atividades agro-silvo-pastoris (integração agrovoltáica); ☐ Reflorestação com espécies de árvores autóctones em áreas definidas pela comunidade local. Medidas de Compensação: ☐ Geração de emprego e envolvimento de empresas e trabalhadores locais; ☐ Disponibilização de eletricidade produzida pela central ou de excedentes da UPAC para comunidades de energia ou para indústrias locais, criando fatores de competitividade local; ☐ Proposta de medidas de compensação não pecuniárias, como: ☐ investimentos em mobilidade; ☐ apoio a projetos de relevante impacto social; ☐ promoção de projetos culturais e artísticos; ☐ apoio ao empreendedorismo local; ☐ investimento em eficiência energética. ☐ Requalificação de estradas e/ou caminhos vicinais na área de influência dos projetos; ☐ Apresentação de Relatório de Participação Pública e Envolvimento das comunidades locais, fomentando a transparência e o envolvimento comunitário.

Anexos: 85185_CP_CentralSolar_Fundao_Penamacor.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85184 Shadiya Kingerlee em 2025-06-02

Comentário:

Boa tarde. Gostaria de registar a minha forte objeção ao parque solar proposto. Os residentes locais não foram devidamente informados ou consultados, o que considero ser um requisito legal. Para além disso, o parque não só está planeado em cima de terrenos agrícolas férteis, como exige a remoção de árvores existentes, incluindo muitos sobreiros, que estão protegidos por lei. Os próprios painéis solares contêm ingredientes tóxicos, pelo que, em caso de danos, as terras agrícolas por baixo serão contaminadas. O parque planeado exigirá que os próprios painéis sejam lavados duas vezes por ano, sem garantias quanto à forma como isso será feito. No mínimo, isso consome uma grande quantidade de água; na pior das hipóteses, serão utilizados produtos químicos tóxicos que envenenarão o solo. O impacto ambiental será enorme e para quê? Os painéis solares não são dimensionados para mais de vinte e cinco anos, quanto tempo é que um sobreiro demora a atingir a maturidade? Remover as árvores adultas e as recém-plantadas é uma loucura. Existem muitas zonas industriais em Portugal, é muito melhor adaptá-las para receber os painéis do que utilizar zonas verdes. É claro que não se trata apenas das árvores, o impacto sobre os habitantes locais será enorme, impor tais coisas a uma comunidade sem uma consulta adequada é ditadura, não democracia. Não vale a pena ter leis se o próprio governo não as cumprir, não se trata de uma regra para nós e outra para vós. Já temos parques solares enormes e inestéticos nesta zona e não precisamos de mais. Este projeto feito terá um impacto negativo no turismo, ninguém quer vir ver hectares de

painéis solares. O turismo desempenha um papel importante na economia local, vai ser arruinado e para quê? Não haverá criação de emprego, nem em termos reais. Se o governo estivesse seriamente empenhado em ajudar a revitalizar esta zona, falaria com as pessoas que realmente vivem nela, em vez de impor “soluções” de cima para baixo que não beneficiam ninguém, exceto os proprietários do parque solar. As reuniões de consulta que foram prometidas não se concretizaram. Parece que o governo está a contar com o facto de que muitas pessoas não ouvirão nem responderão a um pedido escrito de feedback, preferindo agir pessoalmente. De facto, algumas pessoas nesta região não têm boas capacidades de literacia, o que significa que, mesmo que queiram, não podem responder e dar a sua opinião. Só por esta razão, a consulta pública deve incluir eventos presenciais. Mais uma vez, permitam-me que diga que isto não é democracia. Os desejos das pessoas da região devem ser primordiais, em vez de serem impostos por burocratas de Lisboa, muitos dos quais nunca visitaram a região. A confiança do público no governo está em declínio acentuado em toda a Europa. Só as acções do governo podem inverter essa situação e é por esta e outras razões que lhe peço que reconsidere este projeto mal concebido.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85183 Christiaan Roose em 2025-06-02

Comentário:

Sou proprietário de uma quinta regenerativa e de um futuro projeto de agroturismo no topo de uma colina com vista para a área do campo solar planeado. A minha família e amigos locais são altamente dedicados à regeneração e revitalização da área. Desejamos expandir o nosso projeto para 120 hectares dentro de um ano. Isto criaria múltiplos empregos a tempo inteiro para a população local nos próximos anos. Optámos por nos mudar para esta zona específica, vindos dos Países Baixos, devido à beleza natural, às oportunidades e às muitas pessoas com ideias semelhantes no setor da agricultura regenerativa. Agora que esta região está a começar a implementar cada vez mais parques solares (que não são compatíveis com a ética e os métodos de trabalho regenerativos), não temos a certeza se esta área ainda corresponderá aos nossos objectivos enquanto empresa e enquanto família. Estamos aqui para regenerar o solo, criar um negócio sustentável na agricultura e mostrar aos turistas como os humanos podem viver em reciprocidade com a natureza sem perturbar ou poluir o ambiente. Não estamos aqui para lutar contra empresas de energia que não desejam consultar a população local e não procuram gerar benefícios ambientais reais. Assim, se chegar a altura, iremos embora, e acredito que muitos outros também. Uma tragédia para a região. Se deseja trabalhar em conjunto para criar um futuro verde, sustentável e duradouro, por favor contacte-me. Atenciosamente, Chris Roose - consultor de engenharia, energia e agricultor regenerativo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85181 Beáta Geagea Pullmannova em 2025-06-02**Comentário:**

Estou preocupado com o impacto ecológico.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85180 Samuel Vicente em 2025-06-02**Comentário:**

Os cidadãos não foram informados, nem auscultados e este projeto terá um impacto enorme na comunidade, ambiente e economia da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85179 jim miller em 2025-06-02**Comentário:**

I don't agree with this idea, it will destroy a large area ecologically, raise the local temperatures, put the value of property down & provide nothing at all for local people. The area should focus on tourism & local businesses, turning it into a power station a sea of black will destroy it.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85178 Marijke van der Burg em 2025-06-02**Comentário:**

A região do Fundão e Penamacor está repleta de jovens e famílias ambiciosas que trabalham arduamente para transformar esta região num polo de agricultura regenerativa, turismo de natureza e saúde holística. Os projetos solares são contrários a este movimento que está a transformar a região num polo moderno de saúde, natureza e ciência agrícola regenerativa. Levar o projecto para esta região será uma enorme perda para Portugal, dado que existem muitos pioneiros de pequena escala na área da agricultura regenerativa. Em vez disso, utilize a área solar pretendida para projetos comunitários que envolvam agroflorestas regenerativas ou conservação da natureza. Desta forma, todos beneficiam e Portugal poderá tornar-se uma força líder na preservação do património natural, demonstrando também que este é um modelo economicamente viável. As jovens famílias que se mudaram para esta região (devido ao património natural e ao potencial para negócios de turismo regenerativo e rural) podem optar por abandonar a área por completo. Isto representaria uma enorme perda de emprego, de rendimentos e de economia local. Escrevo como avó de uma dessas famílias. NÃO cortem as árvores da nossa preciosa e vulnerável região. Se este projeto avançar, por favor, respondam como os residentes e empresas adjacentes nos setores da agricultura regenerativa e do turismo serão compensados pela perda de viabilidade e impacto do seu trabalho. Além disso, onde e como (por favor, forneçam detalhes) será compensada a perda de árvores e de habitat?

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85177 Hans em 2025-06-02**Comentário:**

será a energia solar o futuro, ou queremos continuar a utilizar combustíveis fósseis?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85176 Stefano Pizzuti em 2025-06-02**Comentário:**

É totalmente irresponsável e de vistas curtas converter a bela paisagem portuguesa, um grande ativo nacional para o desenvolvimento do turismo, em feios campos de plástico preto e metal, que arruinam totalmente a paisagem, desvalorizam as propriedades existentes e são um grande impedimento para quaisquer investimentos turísticos qualitativos e que não trazem qualquer vantagem ou benefício para a população local..

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85175 Barbara em 2025-06-02**Comentário:**

Oponho me totalmente a este projecto e esperemos que não avance.Vai ter um tremendo impacto no ambiente da nossa região

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85174 will em 2025-06-02**Comentário:**

Plenty of roof's to use, why decimate hectares of land, making it unusable with unsustainable design. The solar cells will heat the area up, require lots of water to keep the dust off them so that they work efficiently. Bad idea, bad place to situate it.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85173 Niko Mansfeld em 2025-06-02**Comentário:**

contra os parques solares nossa regioao

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85172 Jamie em 2025-06-02**Comentário:**

Objecção Formal ao Projeto Planeado de Central Solar nas Regiões de Fundão e Penamacor, Centro de Portugal
Para: Agência Portuguesa do Ambiente (APA) Direção-Geral do Território (DGT) Câmara Municipal do Fundão Câmara Municipal de Penamacor Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)
Data: 2/6/2025 Assunto: Objeção Formal ao Projeto de Central Solar Fotovoltaica nas Regiões de Fundão e Penamacor
Nós, abaixo-assinados, Jamie King e membros da comunidade local, vimos por este meio apresentar uma objecção formal ao projeto previsto de instalação de uma central solar de grande escala nas regiões de Fundão e Penamacor, no Centro de Portugal. A concretização deste projeto, tal como se encontra atualmente delineado, representa uma ameaça séria ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável da região, ao bem-estar social e ao património natural, em violação de legislação nacional e europeia aplicável.---I. Dano Ambiental e Ecológico1.1. Destruição de Habitat e Ameaça à BiodiversidadeA área afetada alberga uma diversidade de flora e fauna, incluindo espécies protegidas ao abrigo dos Anexos II e IV da Diretiva Habitats (92/43/CEE) e da Diretiva Aves (2009/147/CE). A instalação de painéis solares implicará a remoção da vegetação nativa, perturbação do solo e aumento da temperatura local, comprometendo gravemente habitats, rotas migratórias e áreas de nidificação de espécies protegidas. Jurisprudência Relevante: Processo C-521/12, Briels e Outros v. Ministro das Infraestruturas: o TJUE determinou que projetos que causem danos irreversíveis a habitats protegidos não podem avançar, mesmo com medidas de mitigação. Processo C-258/11, Sweetman e Outros v. An Bord Pleanála: reforça o princípio

da precaução, exigindo que projetos com impactos ambientais incertos sejam suspensos. A concretização do projeto contraria ainda o princípio da não regressão ambiental, consagrado no Artigo 66 da Constituição da República Portuguesa e no Artigo 37 da Carta dos Direitos Fundamentais da UE.---II. Impacto no Turismo e Paisagem Cultural O turismo de natureza e cultural é uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento económico da região. A construção de uma central solar industrial terá impactos visuais negativos, desincentivando o investimento em alojamento local, turismo rural e projetos de valorização do território. Esta transformação compromete a imagem da região como destino turístico sustentável. Precedente Relevante: Em Espanha, um tribunal impediu a instalação de uma central solar nas imediações da Serra de Gata, precisamente por comprometer a atratividade turística e o valor paisagístico da área.---III. Impacto Demográfico e Social O interior do país enfrenta problemas graves de despovoamento e envelhecimento populacional. A presença de uma infraestrutura industrial deste tipo afasta potenciais novos residentes – como famílias jovens ou trabalhadores remotos – que procuram viver em ambientes naturais e saudáveis. Este conflito de uso do solo contradiz as orientações do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).---IV. Degradação do Solo e Risco Climático As áreas em questão são propensas à seca e a incêndios florestais. A instalação de painéis solares compacta o solo, reduz a infiltração da água e eleva as temperaturas locais. Isso resulta em: Aumento do risco de incêndios; Diminuição da recarga dos aquíferos; Destruição da vegetação autóctone que fixa e protege os solos; Redução da resiliência climática local. Tais impactos estão em desacordo com o Regulamento (UE) 2020/852 (Taxonomia Verde), que exige que atividades sustentáveis “não causem danos significativos” ao ambiente natural.---V. Irregularidades Processuais e Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) Caso existam deficiências na AIA — incluindo falta de consulta pública, ausência de avaliação de impactos cumulativos ou falhas na identificação de espécies protegidas — estas podem tornar o processo de licenciamento juridicamente inválido. Mecanismos legais que podem ser acionados: Providência cautelar em tribunal administrativo, ao abrigo do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA); Denúncia à Comissão Europeia por incumprimento das diretivas ambientais europeias (nomeadamente a Diretiva Habitats e Diretiva AIA); Intervenção do Ministério Público para salvaguarda dos interesses ambientais e coletivos; Mobilização do património cultural, caso existam bens arqueológicos ou paisagísticos protegidos.---VI. Pedidos Formais Tendo em conta os pontos expostos, solicitamos: 1. A suspensão imediata do processo de licenciamento e qualquer atividade de construção; 2. Uma reavaliação independente da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA); 3. A realização de uma consulta pública alargada, envolvendo residentes, especialistas, autarquias e organizações ambientais; 4. A consideração de alternativas localizadas,

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85171 Catarina Almeida em 2025-06-02**Comentário:**

Os cidadãos não foram informados, nem auscultados e este projeto terá um impacto enorme na comunidade, ambiente e economia da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85170 Neuza Caires em 2025-06-02**Comentário:**

Discordo com a aprovação e implementação de qualquer projecto sem evidências concretas da concordância por parte da comunidade civil onde se pretende implementar. Numa comunidade que, face ao impacto inerente, não pode ser restrita à zona periférica.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85169 Marie-Odile BEAUPUY em 2025-06-02**Comentário:**

Não É possível construir a central solar algures onde não são aldeias, agricultores etc ?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85168 José Aleixo Ferreira em 2025-06-02**Comentário:**

Não se pode continuar a transformar a paisagem e o território num enorme espaço de painéis solares. Não se pode acreditar num futuro em que se destrói a natureza em nome da sustentabilidade. Os impactos negativos do empreendimento não sustentam os positivos do mesmo.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85167 Isaura Reis em 2025-06-02**Comentário:**

Dado os impactos muito negativos sobretudo ao nível da biodiversidade, sustentabilidade paisagística, ruído e face à grande dimensão a opinião é negativa. Pequenos projectos em áreas construídas são as melhores alternativas para as energias renováveis

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85166 Andreas Burde em 2025-06-02**Comentário:**

É uma intervenção significativa no ecossistema e terá um impacto negativo na vida das pessoas. Além disso, a natureza e a terra sofrerão. Por favor, parem este projeto para benefício dos residentes e da natureza.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Geral**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85165 LIFE Aegyptius return em 2025-06-02**Comentário:**

Anexa-se parecer do projeto LIFE Aegyptius return.

Anexos: 85165_Parecer-LIFE-Aegyptius-CSFundaoPenamacor.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85164 David Carvalho em 2025-06-02**Comentário:**

Um autêntico flagelo para a região, a multiplicação de centrais solares em terrenos férteis agrícolas e florestais. A destruição de ecossistemas e a desflorestação já estão a causar problemas ambientais como o aumento de temperatura e poluição do ar. O potencial turístico da região também se vê seriamente afectado perante a destruição de um dos seus principais activos, a natureza. Zero retorno para as populações. Totalmente em desacordo!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85163 Amy van der Bruggen em 2025-06-02**Comentário:**

Escrevo-lhe para informar que discordo veementemente do projeto deste campo solar. As principais razões da minha objecção são os danos no ecossistema, a grave alteração da nossa preciosa paisagem (de insubstituível valor cultural e histórico) e a falta de benefícios para a população local. Provavelmente ficaremos em pior situação, perdendo saúde ecológica, habitat e também oportunidades económicas no sector do turismo rural.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85161 Mariana Pereira em 2025-06-02**Comentário:**

Metam os painéis em edifícios existentes (ou arranjem outra solução) e parem de estragar a paisagem que é a principal razão pela qual tanta gente escolhe a zona para viver e visitar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85160 Ricardo Caria Carvalho em 2025-06-02**Comentário:**

Venho por este meio manifestar a minha oposição ao projeto de instalação da Central Solar Fotovoltaica (CSFP) na área em causa, com base nos seguintes fundamentos ambientais, sociais, legais e económicos: 1. Enquadramento Territorial e Legal. O projeto está inserido em áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN), cuja proteção deve ser prioritária.. Situa-se no território do Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional, reconhecido pela UNESCO, o que acarreta responsabilidade acrescida na preservação do património natural e geológico.. Integra a área do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, sendo que a respetiva associação emitiu parecer negativo, nos termos do Decreto-Lei n.º 86/2002, artigo 95.º, n.º 1.2. Impactos sobre o Uso do Solo e Ecossistemas Destruição significativa de habitats e agroecossistemas: Abate de 705 sobreiros e azinheiras adultos e risco de morte de mais 117 por afetação radicular; Eliminação de mais de 1500 sobreiros jovens (com menos de 1 metro); Arranque de 101 oliveiras centenárias; Destruição de 4 ha de área agroflorestal de sobreiro e mais de 6 ha de área agrícola (pomares, olival, vinha, carvalhal, montado).. Ocupação de corredores da linha elétrica em zonas com habitats de interesse comunitário.. Afetação de património geológico nas opções traçadas para os corredores da Linha Elétrica.. A vedação integral da CSFP compromete corredores ecológicos e linhas de água, afetando a conectividade ecológica. 3. Impacto sobre a Biodiversidade Destruição de habitat e exclusão/fauna mortalidade, incluindo espécies ameaçadas: 1 espécie de flora criticamente em perigo (RELAPE); 7 aves e 1 réptil com estatuto de "vulnerável"; Possível casal de cegonhas-pretas (vulnerável); Presença do morcego lanudo (Em Perigo) e abrigo de quirópteros próximo; Presença de espécies aquáticas de interesse económico na zona protegida da Ribeira da Meimóia.. O reflexo dos módulos solares representa risco para aves e morcegos, atuando como barreira de voo.. Potencial favorecimento de espécies invasoras e prejuízo para a regeneração natural da vegetação. 4. Impactos durante a construção: Aumento do tráfego, emissão de poeiras e poluentes atmosféricos, ruído de maquinaria pesada; Risco de derrames contaminantes e consequente poluição dos solos e linhas de água; Aumento do risco de erosão e incêndio; Destruição da fauna e flora locais.. Impacto negativo na paisagem: A CSFP será visível de diversas povoações e de aldeias históricas como Monsanto; Intrusão visual significativa numa paisagem natural e rural, com consequências no potencial turístico e valor económico da região. 5. Recursos Hídricos e Solo. Lavagem dos painéis solares consumirá 530 m³ de água por ano; Decapagem do solo envolve mobilização de mais de 59.000 m³, com consequências irreversíveis na capacidade de sequestro de carbono, o que não foi avaliado

adequadamente no estudo de impacto ambiental.6. Falta de Rigor Científico e Atualização Técnica. O estudo baseia-se no relatório do LNEG de 2023, ignorando a atualização de 2024, que classifica a área como sensível e inadequada para este tipo de projeto.7. Medidas de Mitigação Insuficientes ou Inexistentes. Não existe definição clara sobre o local de plantação compensatória de árvores;. As medidas previstas para as populações vizinhas são insuficientes ou inexistentes;. Apesar de se dar primazia a meios mecânicos, não está proibido o uso de herbicidas.8. Questões Sociais, Económicas e de Participação Pública. Proximidade de habitações (menos de 500 metros) e localização a apenas 1,5 km das Quintas da Torre;. Fase de construção prevista de 10 meses, com criação de emprego temporário e reduzido; a central será gerida remotamente, sem impacto positivo a longo prazo no emprego local;. Já existem duas centrais solares na zona (Cabeço Vermelho e Sra. da Póvoa), sendo uma delas contígua – este projeto acarreta sobrecarga ambiental e paisagística;. Não houve consulta ou auscultação das populações locais, contrariando o princípio de uma transição justa e democrática previsto no PNEC2030;. Também o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 não está a ser respeitado, no que toca à descentralização da energia, envolvimento das comunidades e justiça social.ConclusãoEste projeto representa uma ameaça grave e desproporcionada ao património natural, à biodiversidade, à paisagem, à agricultura local e à coesão social. A transição energética não pode ser feita à custa de ecossistemas valiosos nem das populações rurais, devendo assentar na justiça climática, participação democrática e descentralização.Solicito, por isso, que este projeto não seja aprovado nas condições atuais, e que se promova um planeamento verdadeiramente sustentável e participativo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85159 Lawrence em 2025-06-01

Comentário:

Há opções melhores do que destruir a natureza

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85158 Dee em 2025-06-01**Comentário:**

não existe uma avaliação de valor adequada. Ou avaliação de impacto ambiental. A empresa não assume qualquer responsabilidade ambiental. deixa isso para o Agricultor fazer. apenas encoraja. isto é destrutivo para os negócios locais, o turismo, a vida selvagem e o valor da propriedade, não existe uma verdadeira supervisão municipal ou proteção segura

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85157 Martien den Haan em 2025-06-01**Comentário:**

Não concordo com a destruição da paisagem, que será para sempre, com poucos benefícios para as pessoas da região.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85156 Sabrina em 2025-06-01**Comentário:**

Tendo em conta os impactos descritos no Estudo de Impacto Ambiental eu opoë-me à implementação deste projeto. Não se encontra qualquer benefícios para a comunidade, o impacto ambiental é significativo, estes projetos são puras loucura de um ponte vista sustentável.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85155 Sandra Smith em 2025-06-01

Comentário:

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela? 2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca? 3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial? 4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha? 5. Porquê saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã? 6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos p

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85154 silvia em 2025-06-01

Comentário:

Eu, em quanto cidadã, oponho-me à este projeto. Por quê? : o impacto ambiental é significativo. O impacto na flora : vai-se abater centenas e centenas de árvores das quais oliveiras, que fazem parte do património de altíssimo valor do país. Como é que é possível? Aqui o impacto ecológico já não importa? O impacto na fauna : destruição de zonas de habitat de certas espécies (sejam elas terrestres ou voláteis) e desaparecimento de outras. E quanto à biodiversidade? Impacto visual : a nossa região é conhecida pela beleza das suas paisagens. Com isto, haverá impacto sobre a sua atractividade nas populações mas também no turismo. A zona encontra-se a ser afetada. Impacto ecológico : como é que se pode destruir árvores e terrenos para algo que ainda não se sabe os efeitos e os potenciais benefícios ao longo prazo? Com a destruição da vegetação, como é que se vão comportar os solos em caso de fortes aguaceiros? Haverá erosão seguramente. E nem se fala da água toda que será necessária para limpar os tais painéis. Num país onde a preocupação sobre os recursos hídricos é um assunto fundamental! Os painéis têm um tempo de vida limitado e a sua eficácia pode ser alterada devido a vários factores tal como o desgaste dos materiais e então tornar a produção de electricidade menos forte à medida que o tempo passa. Será então que a electricidade produzida com os painéis superará todos os inconvenientes relacionados com a sua instalação na nossa zona? Há outras soluções para implantar painéis sem ter que destruir a terra, o ambiente e a paisagem. Sem falar dos impactos negativos sobre a população ao redor. E ninguém nos diz qual o destino desses painéis ao fim dos 25 anos....

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85153 Joao Paulo Crujo em 2025-06-01

Comentário:

Pedimos que não se convertam terras agrícolas e florestas em parques solares nem o cortar árvores protegidas em nome do combate às alterações climáticas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85152 Sinead Clear em 2025-06-01

Comentário:

De acordo com o estudo ambiental, o projeto proposto será localizado em áreas protegidas REN e RAN e no Geoparque Naturtejo da Meseta Sul, que é reconhecido pela UNESCO. Milhares de sobreiros protegidos serão cortados e centenas de hectares de terras agrícolas produtivas, incluindo pomares de frutas, destruídos para dar espaço ao projeto proposto. Devido à remoção do solo (59.000m³), haverá uma perda da capacidade de sequestro de CO₂. Milhares de sobreiros protegidos serão abatidos e centenas de hectares de terras agrícolas produtivas, incluindo pomares, destruídos para abrir espaço para o projeto proposto. Devido à remoção do solo (59.000 m³), haverá uma perda da capacidade de sequestro de CO₂. Fazendas solares de grande escala semelhantes foram implementadas em outras regiões de Portugal e a paisagem foi destruída, por exemplo, na Herdade de Torre Bella. Além disso, já existem 2 fazendas solares nas proximidades. O impacto na biodiversidade, a perda de habitat, a extinção de espécies ameaçadas, o aumento do uso de herbicidas na região levando à contaminação do solo e da água, e o aumento do risco de erosão do solo. Além disso, o impacto visual que as grandes explorações agrícolas têm na região e o efeito cascata sobre a população local e as oportunidades de negócios no turismo. Tendo tudo isso em consideração, os impactos negativos superam em muito qualquer benefício para as comunidades locais que são amplamente afetadas. O projeto proposto não traz qualquer benefício para a região nem cumpre o "Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050", que destaca o consumidor como uma parte ativa do sistema energético e promove o envolvimento da sociedade na transição, os quais não são atendidos com o projeto proposto. Eu sou fortemente contra o projeto proposto na sua forma atual.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85150 Uma Boa Questão em 2025-06-01

Comentário:

Não se entende como se fala em sustentabilidade. Sabemos que as directivas da União Europeia são em função do progresso e da protecção de multinacionais que não respeitam nenhum tipo de leis, pois têm maneiras de as contornar ou dinheiro mais que suficiente para pagar multas. Portugal foi um País bonito. Saio do Oeste, subindo até Penamacor e chegando até à Covilhã dá para chorar. Não chega os estragos que a celulose faz em Portugal, ainda querem destruir o que resta com eólicas e painéis solares. Sendo que a EDP é da goldman sacks e Multinacional chinesa, não entendo sequer como falam de isto ser benéfico para os portugueses, talvez para 1 português ou 2 (quem fez ou faz os contratos). A quem por direito leia isto lembre-se do que os avós lhe ensinaram. Faltam Ribeiros Telles....Percebe-se porque querem matar as aldeias e os aldeões, os reais protectores da economia local e das florestas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85149 Dudley CStuart Campling em 2025-06-01

Comentário:

Desculpe para a lingua mas o mio Portuguese nao esta suficiente. Many people object to the damage done to the land by this project. It seems to be fairly obvious that the panels should be used for shade as well as for power. Car parks, markets and rooftops are the best place. My suggestion is that, if you insist on using the land that you have acquired, Raise the panels higher and build markets and public events underneath, not only will this keep people happy but may also provide extra revenue from the project.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85148 Philip Else em 2025-06-01**Comentário:**

São eles ou manter as usinas a carvão. Muito dinheiro para os bilionários de hidrocarbonetos enquanto o mundo queima. Não há problema, realmente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85146 Ana Moniz em 2025-06-01**Comentário:**

Ponto prévio para sublinhar que o RNT é tão conciso que evita mencionar a área de implantação de mais de 200 hectares...Qualquer projecto da dimensão do presente tem impactos muito negativos, incontornáveis e não passíveis de compensação, a vários níveis: 1. Solo: conforme levantamento efectuado, cerca de 70% dos solos da UE estão degradados, estimando-se que em PT "60% têm pouca matéria orgânica e que se perdem 20 toneladas de solo por hectare por ano" (Teresa Pinto Correia, UÉvora, cfr.Expresso, 21Ab23). A implantação de parques fotovoltaicos de grandes dimensões passa por destruição/erradicação do coberto vegetal, com diminuição imediata de biomassa e diminuição de capacidade da sua futura produção. Isso traduz-se em diminuição de captação de CO2, menor captação e preservação de humidade, prejuízo para alimentação de aquíferos, subsequente aumento de erosão e desertificação, sempre em ciclo fechado. Qualquer tentativa compensatória de reparação de algum coberto vegetal na área afectada implica recurso a rega, num País cronicamente afectado por seca e escassez hídrica.2. Biodiversidade: afectada directamente pelos aspectos de 1. crescendo o efeito da interrupção de corredores/áreas de circulação, alimentação e reprodução da fauna (nomeadamente como resultado de vedações e permanência humana).3. Paisagem, com efeitos adversos quantificáveis na área do turismo e com impacto social, diminuindo o bem-estar e conduzindo a abandono acelerado pelas populações e a não fixação de novos moradores nas áreas afectadas.4. Aquecimento global: pelas suas próprias características, o equipamento fotovoltaico contribui directamente para aquecimento do solo e da atmosfera; a erradicação/ diminuição de coberto vegetal traduz-se em menor retenção de humidade nos terrenos transformados e menor transpiração para a atmosfera, logo, diminuição de humidade - contribuindo para seca crónica e desertificação e, naturalmente, para o aquecimento global. Devem ser privilegiados o auto-consumo e as comunidades de energia, nomeadamente industriais (com a vantagem de menores perdas por transporte da energia criada).Deve ser privilegiado o uso de espaços já artificializados/"humanizados" - telhados, parques industriais e envolventes, parques de estacionamento de exterior, laterais de estradas e auto-estradas, espaços urbanos e semi-urbanos.Quando esgotadas essas possibilidades, não devem ser autorizados senão centrais fotovoltaicas de pequena dimensão, sempre com painéis "agrovoltáticos", a pelo menos 1 metro do solo, painéis "inteligentes" e não estáticos, próximas dos centros de consumo. DEVE haver regulação legal global da implantação de centrais fv, apoiada no estudo do LNEG, a actualizar

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85145 Sofia Monteiro em 2025-06-01

Comentário:

Omissão crítica da avaliação dos impactos na saúde da população com 45 ou mais anos com doenças crónicas no EIA da Central Solar Fundão–Penamacor. O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da Central Solar de Fundão–Penamacor padece de uma omissão grave e estrutural: não avalia os impactos específicos do projeto na saúde da população com 45 ou mais anos que vive com pelo menos uma doença crónica, apesar de esta representar a maioria da população residente nas freguesias abrangidas pelo projeto. Esta população apresenta vulnerabilidades múltiplas e cumulativas, reconhecidas a nível nacional e internacional: Elevada prevalência de doenças cardiovasculares, respiratórias, metabólicas e músculo-esqueléticas; Exposição contínua a temperaturas extremas, fenómeno que tende a agravar-se no atual contexto de alterações climáticas; Acesso limitado a serviços de saúde diferenciados, com défices estruturais de resposta no SNS no interior do país. Apesar destes fatores serem amplamente documentados, o EIA: Não apresenta qualquer segmentação por faixa etária ou perfil clínico no capítulo 6.10 (Saúde Humana); Não inclui dados regionais de saúde pública nem articula os riscos com o Plano Nacional de Saúde, o Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas ou os relatórios do ACeS Beira Interior Sul; Não realiza qualquer modelação de risco térmico, respiratório, cardiovascular ou cumulativo, limitando-se a afirmar que os riscos são “negligenciáveis”, sem fundamentação técnica. Paralelamente, o projeto prevê a remoção de vegetação natural e agrícola em larga escala, substituindo-a por estruturas fotovoltaicas e áreas técnicas. Esta alteração do uso do solo: Potencia o aumento da temperatura ao nível do solo (efeito de ilha de calor); Reduz a evapotranspiração e a capacidade de autorregulação térmica da paisagem; Agrava os impactos sobre os grupos clínicos mais suscetíveis ao calor, à poluição atmosférica e ao stress ambiental. Exige-se, com base nos princípios da prevenção, equidade e justiça climática: 1. A revisão urgente e substancial do Capítulo 6.10, com dados desagregados por idade e condição clínica, e inclusão de fontes regionais oficiais; 2. A avaliação dos riscos reais e cumulativos para cidadãos com doenças crónicas, nomeadamente através de modelação térmica e avaliação integrada das fases de construção e operação; 3. A criação de medidas de mitigação específicas para a população com doença crónica e idade avançada, incluindo corredores verdes, zonas de sombra, barreiras acústicas e protocolos com os serviços de saúde locais; 4. A integração de princípios de justiça intergeracional e territorial no planeamento energético, respeitando os direitos fundamentais das populações do Interior profundo. Em suma, a versão atual do EIA ignora a existência de uma maioria da população residente, clinicamente vulnerável e territorialmente desfavorecida, tratando o território como espaço passivo para exploração energética. Esta abordagem compromete os princípios da Avaliação de Impacte Ambiental, o direito à proteção da saúde consagrado no artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa, e os compromissos

do Estado português no domínio da transição climática justa. A transição energética tem de ser feita com as pessoas, e não à sua custa. A saúde não é uma variável secundária: é o centro da sustentabilidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85144 Katarina em 2025-06-01

Comentário:

Precisamos de mais árvores e natureza no planeta do que parques de painéis solares

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85143 Tessa Smit em 2025-06-01

Comentário:

Preocupa-me a natureza. Os animais, as árvores. Não podemos pensar em outra opção ainda mas sustentável?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85142 Martens em 2025-06-01

Comentário:

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela? 2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca? 3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial? 4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha? 5. Porque saturar ainda mais um distrito já fortemente

impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã?6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas?7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado?8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só?9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10.Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85141 jeanne mondelaers em 2025-06-01

Comentário:

Tendo em conta os impactos descritos no Estudo de Impacto Ambiental, o Movimento Cívico Gardunha Sul opõe-se à implementação deste projeto nos moldes definidos pela empresa promotora. Não se antevêem quaisquer benefícios para a comunidade a nível energético, económico, ambiental ou social. Consideramos ser inadmissível que seja mencionado no estudo que as populações já se encontram familiarizadas com este tipo de infraestruturas, não sendo o impacto muito significativo, e que as comunidades estão abertas a receber este tipo de projetos, quando em momento algum, foram auscultadas ou sequer informadas da existência deste projeto. O impacto ambiental é significativo e afeta áreas REN e RAN, para além do Geopark Naturtejo, reconhecido pela UNESCO. Do ponto de vista económico, prevê-se uma desvalorização do património imobiliário da região, um impacto negativo nas empresas locais de turismo e um desinvestimento generalizado na região. O projeto engloba ainda uma área pertencente ao Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, que emitiu parecer desfavorável (Decreto-lei n.º 86/2002, de 6 de abril, no n.º 1 do artigo 95.º)

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85140 Adriana em 2025-06-01**Comentário:**

Discordo da implementação dos painéis solares da forma como está a ser feita. Embora sejam apresentados como uma solução “verde”, não é tido verdadeiramente em conta os impactos ambientais e sociais envolvidos. A instalação em larga escala compromete ecossistemas locais, afeta a paisagem natural e as comunidades diretamente afetadas nem sequer são consultadas apesar de referirem o oposto nos seus “relatórios”. É preciso avaliar não apenas os benefícios energéticos, mas também os custos sociais e ambientais desse tipo de iniciativa.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85139 E Ashok Thirumurthi em 2025-06-01**Comentário:**

Venho por este meio manifestar a minha firme oposição à continuação da aprovação e expansão de parques solares industriais na região de Penamacor e Fundão, no centro de Portugal. Embora a transição para energias renováveis seja essencial no combate às alterações climáticas, a desflorestação em larga escala e a degradação dos solos associadas a estes projetos entram em conflito direto com a legislação ambiental nacional e com os compromissos assumidos por Portugal a nível da União Europeia. A região em causa insere-se num ecossistema mediterrânico frágil, já classificado como zona de elevado risco de desertificação, conforme reconhecido pela Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), da qual Portugal é signatário. Portugal assumiu igualmente compromissos no âmbito da Estratégia da UE para os Solos 2030, que visa garantir a saúde de todos os solos europeus até 2050, dando especial enfoque à prevenção da degradação dos solos, da erosão e da perda de biodiversidade. A conversão de áreas florestais ou de matos biodiversos em campos solares industriais vai contra estes objetivos. Adicionalmente, de acordo com a Diretiva 2001/42/CE (Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica) e com a Diretiva 2011/92/UE (Diretiva de Avaliação de Impacte Ambiental), os projetos suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente devem ser alvo de avaliações estratégicas e considerar os impactos cumulativos. A concentração de múltiplos empreendimentos solares nesta região relativamente pequena revela impactos ambientais acumulados significativos, o que deveria impedir novas autorizações sem que sejam realizados estudos ambientais abrangentes e de escala regional—algo que, até ao momento, parece estar em falta ou ser manifestamente insuficiente. A Lei n.º 19/2014, sobre a Avaliação de Impacte Ambiental, obriga à prevenção e minimização dos danos ambientais e garante a participação pública no processo de decisão. Habitantes locais e especialistas em conservação têm alertado sistematicamente para os riscos de desflorestação, escassez hídrica, perda de biodiversidade e degradação da paisagem e dos ecossistemas. Ignorar estas preocupações contraria o princípio da participação pública e pode representar falhas processuais ao abrigo da legislação nacional e europeia. Importa ainda sublinhar que a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 estabelece como prioridade a restauração da natureza e a proteção de pelo menos 30% do território europeu. Qualquer novo projeto que contribua para a fragmentação de habitats, perda de

espécies autóctones ou remoção de coberto florestal natural contraria diretamente esta estratégia. É profundamente paradoxal promover energia “verde” através de métodos que destroem os ecossistemas que essa transição pretende proteger. Assim, apelo respeitosamente às autoridades competentes para que suspendam a aprovação de novos projetos solares na região de Penamacor/Fundão até que sejam realizados estudos ambientais transparentes e integrados à escala regional e até que se comprove, de forma clara, o alinhamento com os compromissos assumidos por Portugal ao abrigo da legislação europeia e dos tratados ambientais internacionais. A energia renovável pode e deve ser desenvolvida de forma responsável. Isso implica dar prioridade a terrenos já degradados ou urbanizados, promover soluções como o solar fotovoltaico em telhados, e proteger o nosso património natural comum da industrialização excessiva.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85138 Andreia Ribeiro em 2025-06-01

Comentário:

Como residente da freguesia de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, rejeito a implementação deste projeto na forma definida pelo promotor do projeto pelas seguintes razões:- Não se prevêem benefícios para a comunidade em termos energéticos, económicos, ambientais ou sociais.- Discordo veementemente da afirmação feita no estudo de que a população já está familiarizada com este tipo de infraestruturas, que o impacto não seria muito significativo e que as juntas de freguesia estão abertas a projetos deste tipo, apesar de nunca terem sido consultadas nem sequer informadas da existência deste projeto.- Tenho grandes preocupações quanto ao impacto no ambiente, na saúde, no consumo de água e no microclima local.- Do ponto de vista económico, é de esperar uma desvalorização do património imobiliário da região, efeitos negativos nas empresas turísticas locais e um declínio geral do investimento na região.- Rejeito a progressiva desvalorização de toda a região para um mero parque industrial e energético e defendo, em vez disso, a valorização das atividades agrícolas e pastorícias tradicionais, em conjunto com o turismo sustentável e a regeneração territorial.- O grande apagão em abril foi uma prova impressionante da vulnerabilidade da fixação unilateral da política energética nas chamadas energias renováveis. A freguesia de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, a região da Beira Baixa e todo o país de Portugal não merecem ser sacrificados em nome da ideologia sem futuro da União Europeia. Dito pelo ChatGPT: Claro! Aqui está uma versão mais concisa, reformulada para evitar plágio, mantendo o conteúdo essencial: Enquanto residente da freguesia de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, manifesto a minha oposição à implementação deste projeto, tal como proposto pelo seu promotor, pelos seguintes motivos: O projeto não apresenta benefícios claros para a comunidade a nível energético, económico, ambiental ou social. Contesto a afirmação de que a população está habituada a este tipo de infraestruturas, que o impacto será pouco significativo e que as juntas de freguesia são favoráveis, quando estas nunca foram consultadas nem informadas sobre o projeto. Preocupa-me seriamente o impacto ambiental, os efeitos na saúde pública, o elevado consumo de água e as alterações no microclima local. Economicamente, antecipa-se a desvalorização do património imobiliário, prejuízos para o turismo e uma retração no investimento na região. Rejeito a transformação progressiva da região num espaço

industrial e defendo, como alternativa, a valorização das atividades agrícolas e pastorícias tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração do território. O apagão de abril evidenciou a fragilidade de uma política energética centrada exclusivamente nas chamadas energias renováveis. Nem a freguesia, nem a Beira Baixa, nem Portugal devem ser sacrificados por uma visão energética imposta e sem futuro.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85137 ASSOCIATION White Stone em 2025-06-01

Comentário:

Não, isso não é bom para o ecossistema local e nós, moradores da região, dizemos que não queremos isso. Somos uma associação ambiental local com mais de 50 associados e não queremos esse dano à região. Por favor, ouçam o nosso NÃO. 251ha Central Solar Fundão - Penamacor (CSFP) com 177.565 painéis fotovoltaicos + 28ha Linhas Elétricas (LE) + Área corta fogo Projeto inserido em REN (Reserva Ecológica Nacional e RAN (Reserva Agrícola Nacional) Projeto inserido no Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional reconhecido pela UNESCO Projeto inserido na área de Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, cuja associação emitiu parecer negativo. (Decreto-lei n.º 86/2002, de 6 de abril, no n.º 1 do artigo 95.º) Áreas afetadas: Habitações a menos de 500 metros da CSFP que fica a 1,5km das Quintas da Torre. Abate de 705 quercíneas (sobreiros e azinheiras) adultas e afetação das raízes de mais 117 (possibilidade de morte destas árvores) Mais de 1500 sobreiros jovens (com menos de 1 metro) abatidos Arranque de 101 oliveiras com mais de 50 anos 4ha de área agroflorestal de sobreiro dizimada Mais de 6ha de Área de agricultura Áreas de carvalhal, pomares, olival, montado, vinha serão destruídas. Afetação de património geológico nas opções para o corredor da Linha Elétrica (LE). Corredores das LE com áreas ocupadas por habitats de interesse comunitário. Os painéis serão lavados 2x por ano, totalizando 530m² de água utilizados por ano. A área da central solar será totalmente vedada, que afetará significativamente o corredor ecológico e linhas de água que ficarão inacessíveis devido à vedação. Não é referida a perda de capacidade de sequestro de CO₂ devido à decapagem do solo que implica a mobilização de + de 59.000m³ de solo. É considerado o estudo do LNEG de 2023 e não a última atualização de 2024, referente às áreas sensíveis para implementação deste tipo de projetos. O que excluiria esta área para instalação do projeto. Medidas de mitigação para as populações vizinhas do projeto são insignificantes ou mesmo nulas. Não é definido o local de plantação das árvores a que se comprometem plantar como medida de mitigação. Existem já 2 centrais solares na zona - Cabeço Vermelho e Sra. da Póvoa, sendo uma delas contígua. É dada a primazia ao controlo da vegetação através de meios mecânicos, mas não estão proibidos produtos fitofarmacêuticos (herbicidas). Impactos durante a construção: - destruição da flora e fauna da área - aumento de tráfego de veículos - emissão de poeiras e outros poluentes atmosféricos - ruído de maquinaria pesada - possível contaminação dos solos e das linhas de água devido a derrames de substâncias tóxicas - aumento do risco de erosão - aumento do risco de incêndio Impactos na Biodiversidade não só na área de projeto, mas também nas áreas contíguas - perda de habitat - efeito de exclusão e mortalidade de animais - aumento da possibilidade de atropelamentos de fauna - uma espécie (flora) criticamente em Perigo (RELAPE Raras,

Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção) está presente na área do projeto.- 7 aves + 1 réptil ameaçados com estatuto "vulnerável"- possível casal de cegonhas pretas com estatuto "vulnerável"- morcego lanudo com estatuto "Em Perigo"- abrigo quiróptero (morcegos) muito próximo da área do projeto - Espécies Aquáticas de Interesse Económico em Zona protegida da Ribeira da Meimoa.- presença dos módulos fotovoltaicos dificulta a regeneração natural da vegetação - afetação de quirópteros e aves devido ao reflexo criado pelos módulos solares - CSFP será uma barreira de voo para aves.- favorecimento de espécies invasoras Impacto na Paisagem - CSFP será visível de vários pontos das povoações próximas - intrusão visual numa paisagem natural - intrusão visual com aldeias históricas (ex. Monsanto)- esta intrusão tem impacto na capacidade de atração turística e, consequentemente, no valor económico da região. Relativamente à criação de emprego, a fase de construção será de 10 meses, o que mesmo criando alguns postos de trabalho, serão meramente temporários, dado que a CSFP será gerida remotamente, significando no final, zero postos de trabalho. Do ponto de vista das populações próximas do projeto, não é cumprido o objetivo PNEC2030 que garantiria uma transição justa, democrática e coesa, visto que não houve auscultação das pessoas afetadas pelo projeto. Igualmente, no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, não são cumpridos os pressupostos da descentralização e democratização da produção de energia de forma progressiva e dando relevo ao consumidor enquanto parte ativa do sistema energético, nem promover o envolvimento da sociedade na transição. Muito menos, promover uma transição justa e coesa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85136 Ana Correia em 2025-06-01

Comentário:

🌱 Energia Verde vs. Comunidades Locais: Um Debate Necessário A Central Solar Fundão-Penamacor e o seu projeto de hibridização com o Parque Eólico de Penamacor são, sem dúvida, um avanço estratégico para: 🌞 Aumentar a produção de energias renováveis em Portugal; 🏠 Otimizar a injeção na Rede Elétrica de Serviço Público (RESP); 🌳 Contribuir para as metas nacionais de descarbonização. Mas e as populações locais? Como cidadã, compreendo a inquietação de quem vive nestas terras. A Ana Correia, presidente da Câmara de Comércio das Beiras, defende o projeto pelo seu impacto na transição energética, mas é justo questionar: ➡ Qual o real impacto socioambiental nestas aldeias? ➡ Existem alternativas de localização que minimizem o efeito nas comunidades? ➡ Como equilibrar progresso e qualidade de vida? Acredito nas energias verdes mas defendo que sua implementação deve ser feita com diálogo, planeamento sustentável e respeito pelos territórios* 🗣️ E vocês? Como veem este equilíbrio? #EnergiasRenováveis #TransiçãoJusta #Fundão #Penamacor #DebateEnergético

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85135 Movimento Cívico Gardunha Sul em 2025-06-01

Comentário:

Tendo em conta os impactos descritos no Estudo de Impacto Ambiental, o Movimento Cívico Gardunha Sul opõe-se à implementação deste projeto nos moldes definidos pela empresa promotora. Não se antevêem quaisquer benefícios para a comunidade a nível energético, económico, ambiental ou social. Consideramos ser inadmissível que seja mencionado no estudo que as populações já se encontram familiarizadas com este tipo de infraestruturas, não sendo o impacto muito significativo, e que as comunidades estão abertas a receber este tipo de projetos, quando em momento algum, foram auscultadas ou sequer informadas da existência deste projeto. O impacto ambiental é significativo e afeta áreas REN e RAN, para além do Geopark Naturtejo, reconhecido pela UNESCO. Do ponto de vista económico, prevê-se uma desvalorização do património imobiliário da região, um impacto negativo nas empresas locais de turismo e um desinvestimento generalizado na região. O projeto engloba ainda uma área pertencente ao Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, que emitiu parecer desfavorável (Decreto-lei n.º 86/2002, de 6 de abril, no n.º 1 do artigo 95.º).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85134 Margarida Ventura em 2025-06-01

Comentário:

Por favor, vamos focar-nos em criar algo de bom, nesta nossa curta presença aqui.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85133 Julia Kuerbis em 2025-06-01

Comentário:

Não concordo com o projeto. Sou originário da Alemanha e estou ciente do dilema em torno da energia verde/sustentável. O mais importante para a sustentabilidade futura é proteger os espaços selvagens e especialmente as áreas florestais, uma vez que são os nossos maiores recursos - regulando a temperatura, fornecendo oxigénio, biodiversidade, área recreativa, mantendo a humidade no solo e muito mais. Deve haver outras soluções para a localização de parques solares! Se são consideradas a "solução" para as nossas necessidades energéticas (o que é, por si só, um tema controverso!), então temos de utilizar as áreas já cobertas - edifícios, estradas, etc. - em vez de destruir áreas naturais valiosas e insubstituíveis! Por favor, Portugal, perceba que o mais importante para nós e para todas as gerações futuras são as terras verdes, naturais e biodiversas! Não se deixem governar por empresas ávidas de dinheiro! Traduzido com a versão gratuita do tradutor - DeepL.com

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85132 David Vandepitte em 2025-06-01

Comentário:

Por favor, não destrua o campo para colocar painéis solares.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85131 Ivan Havard em 2025-06-01

Comentário:

Acredito que essa seja uma ideia muito destrutiva, que não atende aos interesses da segurança do abastecimento, do turismo, do emprego local, do repovoamento, da vida selvagem, da ecologia ou do clima local. I think that this is a very destructive idea not at all in the interest of supply security, tourism, local employment, repopulation, wildlife, ecology or local climate.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85130 m em 2025-06-01**Comentário:**

Não concordo com a aberração de quererem destruir a floresta verde, flora e fauna, para colocarem floresta negra. A colocação de painéis nesta zona, virá trazer ainda mais desertificação do interior, Além de alterações climáticas, flora e fauna, e tudo o que de negativo trás destruir a natureza.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85129 Dalia Lourenco em 2025-06-01**Comentário:**

Não concordo com o Parque solar Fundão-Penamacor porque são 251 hectares de floresta, agricultura e biodiversidade ameaçados com espécies em perigo, árvores centenárias, solos férteis e linhas de água. Os painéis solares podem ser colocados alternativamente em superfícies já construídas como estacionamento, telhados em edifícios de zonas industriais e comerciais, estações de transportes públicos

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85128 Carolyn Brown em 2025-06-01**Comentário:**

Destruir a paisagem para criar um parque solar não está a ajudar ninguém a não ser os fabricantes de energia solar. Por favor, considere uma melhor colocação, talvez em edifícios ou parques de estacionamento. Os danos na paisagem e na vida selvagem serão devastadores

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85127 Kerensa Clack em 2025-05-31**Comentário:**

I oppose the proposed solar park due to the following; There are homes within 500 meters of the CSFP, which is 1.5km from Quintas da Torre. Felling of 705 adult cork oaks and holm oaks and root damage to a further 117 (these trees could die). More than 1,500 young cork oaks (less than 1 meter tall) felled. 101 olive trees over 50 years old uprooted. 4ha of cork oak agroforestry area decimated. Over 6ha of agricultural area. Areas of oak groves, orchards, olive groves, cork oak forests and vineyards will be destroyed. Affection of geological heritage in the options for the Power Line (LE) corridor. LE corridors with areas occupied by habitats of community interest. The panels will be washed twice a year, totaling 530m² of water used per year. The solar plant area will be completely fenced off, which will significantly affect the ecological corridor and water lines that will be inaccessible due to the fencing. No mention is made of the loss of CO₂ sequestration capacity due to soil stripping, which involves the mobilization of more than 59,000m³ of soil. The LNEG study from 2023 is taken into account, not the latest update from 2024, which refers to sensitive areas for implementing this type of project. This would exclude this area for the installation of the project. Mitigation measures for the project's neighboring populations are insignificant or even non-existent. The location of the trees to be planted as a mitigation measure is not defined. There are already 2 solar power plants in the area - Cabeço Vermelho and Sra. da Póvoa, one of which is adjacent. Priority is given to controlling vegetation by mechanical means, but plant protection products (herbicides) are not prohibited. How is it possible to think about installing such a large power plant right next to the Serra de Estrela natural park? How is it possible not to adequately consider the landscape impact of the power plant and transmission lines, in an area already violated by the REN high-voltage power line that passes through Orca? Why was the socioeconomic impact of an energy infrastructure of this type not considered, in an already abandoned and depopulated territory, whose only future is the valorization of traditional agricultural and pastoral activities, combined with sustainable tourism and territorial regeneration? Why were the interactions with other projects to install wind and photovoltaic farms on private land in the same municipalities, for example Vale de Prazeres and Mata da Rainha, not considered? Why further saturate a district already heavily impacted by other large power plants, such as Covilhã? Why were the water requirements of the photovoltaic system for cooling and cleaning the panels not calculated? Why was the impact on existing watercourses, including their diversion and contamination due to earth movement, not assessed? Why did the environmental impact

assessment not take into account the impact of all major operations in the southeast area of the mountain, including, for example, exploration and exploitation areas for lithium-related mines and excavations and beyond? Why did the current studies not include any assessment of the life cycle of the solar panels and the disposal methods at the end of their useful life? Who will have to bear the costs of removal and the envisaged environmental restoration?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85126 Catherine em 2025-05-31

Comentário:

Bom dia, Para esses tipos de projetos, a natureza de que tanto precisamos deve, mais uma vez, dar lugar ao dinheiro e à receita. Isso me toca profundamente. CD

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85125 Henry Parker em 2025-05-31

Comentário:

O interior de Portugal pode combater o problema do despovoamento e as dificuldades económicas concentrando-se no turismo rural e nas práticas agrícolas, o que atrairá muito mais portugueses e estrangeiros para as regiões necessitadas. Se destruirmos a beleza visual da terra e cobrirmos boas terras agrícolas, estaremos a perder esta oportunidade de um desenvolvimento futuro sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85124 Roberto lemos em 2025-05-31**Comentário:**

O que vão fazer para biodiversidade e evitar vergonhas como o apagão!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85123 Laila Williams em 2025-05-31**Comentário:**

Os parques solares tornam o fornecimento de energia elétrica menos seguro e muito mais instável! Como demonstrado pelos acontecimentos recentes. As florestas e as árvores mitigam naturalmente as emissões e estabilizam o clima! Sem falar da destruição de inúmeros animais selvagens e da biodiversidade. É a loucura total...

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85121 Ruth em 2025-05-31**Comentário:**

Pela instalação de painéis solares em grandes superfícies, prejudicando gravemente a natureza e a biodiversidade. Além disso, este ato constitui um grave prejuízo para esta bela paisagem de que tanto gosto. Uma zona que recebe cada vez mais atenção dos turistas perdeu toda a sua beleza! Chego a chorar quando vejo a devastação na região do Fundão e da Covilhã! Não o faça, por favor!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85120 Joaquim Figueiro em 2025-05-31**Comentário:**

Apresento a minha total discordância relativamente à implementação do projeto em avaliação. Como habitante da zona impactada, não antevejo quaisquer vantagens para a região e populações residentes, para além da destruição do património natural e agrícola. Como já é do conhecimento público, as incursões dos javalis nas culturas agrícolas tem aumentado, causando danos consideráveis. Temo que este problema se agrave ainda mais com a implementação deste projeto, impactado toda a população e agricultores locais. A perda de habitat e fontes de alimento da vida selvagem devido à implementação deste projeto, origina a procura de novos locais potencialmente mais próximos das povoações. Considero também significativamente negativo o impacto nos recursos hídricos, a afetação da RAN, REN e o Naturtejo Geopark. A produção de energia deveria ser efetuada mais próxima dos locais de consumo, evitando perdas decorrentes do transporte da corrente elétrica. Deve-se dar primazia à implementação de projetos de energias renováveis em áreas já artificializadas e que não causam um impacto tão negativo e nefasto para a natureza e agricultura.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85119 Carla Romão em 2025-05-31**Comentário:**

Tendo em conta os impactos descritos no Estudo de Impacto Ambiental, discordo totalmente no que se refere à implementação deste projeto nos moldes definidos pela empresa promotora. Não se antevêem quaisquer benefícios para a comunidade a nível energético, económico, ambiental ou social. Considero ser inadmissível que seja mencionado no estudo, que as populações já se encontram familiarizadas com este tipo de infraestruturas, não sendo o impacto muito significativo, e que as comunidades estão abertas a receber este tipo de projetos, quando em momento algum, foram auscultadas ou sequer informadas da existência deste projeto. A implementação deste parque solar tem um impacto negativo profundo numa região que já tem várias pressões ambientais, hídricas, sociais e económicas. O impacto ambiental é significativo e afeta áreas REN e RAN, para além do Geopark Naturtejo, reconhecido pela UNESCO. Do ponto de vista económico, prevê-se uma desvalorização do património imobiliário da área, um impacto negativo nas empresas locais de turismo e um desinvestimento generalizado na região. O projeto engloba ainda uma área pertencente ao Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, que emitiu parecer desfavorável. Abate de quercíneas adultas e jovens, abate de oliveiras com mais de 50 anos, áreas agroflorestais destruídas, áreas agrícolas artificializadas. Afetação de património geológico nas opções para o corredor da LE e áreas ocupadas por habitats de interesse comunitário. A área da CSFP será totalmente vedada, que afetará significativamente o corredor ecológico e linhas de água que ficarão bloqueadas devido à vedação fixa e inacessível à vida selvagem. Não é referida a perda de capacidade de sequestro de CO₂ devido à decapagem do solo que implica a mobilização de + de 59.000m³ de solo. Medidas de mitigação para as populações vizinhas do projeto são insignificantes ou mesmo nulas. Não é definido o local de plantação das

árvores a que se comprometem plantar como medida de mitigação. Existem já duas centrais solares na zona - Cabeço Vermelho e Sra. da Póvoa, e que consequentemente, esta área já sofre a pressão relativa a perda de habitats, de afetação de recursos hídricos, de perda de floresta e vegetação e nenhum benefício social, económico ou financeiro daí resultante. Relativamente ao impacto na Biodiversidade, este é imensurável, com perda de habitat, efeito de exclusão e mortalidade de animais, aumento da possibilidade de atropelamentos de fauna, várias espécies RELAPE, abrigo quiróptero próximo da área do projeto, a presença dos módulos fotovoltaicos dificulta a regeneração natural da vegetação, afetação de quirópteros e aves devido ao reflexo criado pelos módulos solares, a CSFP será uma barreira de voo para aves e favorecimento de espécies invasoras. A perda de habitat potencia o encontro de vida selvagem com humanos, nomeadamente na procura de novas fontes de alimento. Já existem imensos problemas com javalis, por exemplo, e este tipo de projeto que não considera corredores para vida selvagem, poderá agudizar mais este problema. O impacto na paisagem é substancial, a CSFP será visível de vários pontos das povoações próximas, ocorre uma intrusão visual numa paisagem natural e com aldeias históricas (ex. Monsanto). Esta intrusão tem impacto na capacidade de atração turística e, consequentemente, no valor económico da região. Relativamente à criação de emprego, a fase de construção será de 10 meses, o que mesmo criando alguns postos de trabalho, serão meramente temporários, dado que a CSFP será gerida remotamente, significando no final, zero postos de trabalho. Do ponto de vista demográfico, tem sido registado um aumento da população estrangeira que procura esta região para viver e que valoriza o aspeto natural da paisagem, o que tem contribuído para a renovação da população e até dinamização económica. Este tipo de projeto implica o afastamento de mais habitantes e até o êxodo dos atuais. Do ponto de vista das populações próximas do projeto, não é cumprido o objetivo PNEC2030 que garantiria uma transição justa, democrática e coesa, visto que não houve auscultação das pessoas afetadas pelo projeto. Igualmente, no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, não é cumprido o pressuposto de promover o envolvimento da sociedade na transição. Muito menos, promover uma transição justa e coesa. É considerado o estudo do LNEG de 2023 e não a última atualização de 2024, referente às áreas sensíveis para implementação deste tipo de projetos. O que excluiria esta área para instalação do projeto. Este projeto falha também o cumprimento da Diretiva da União Europeia 2024/1203 referente a proteção ambiental. A transição energética pode ocorrer através de comunidades energéticas e aproveitamento de áreas já artificializadas, sem recurso à destruição do meio ambiente e de ecossistemas naturais, assim como, a degradação da qualidade de vida das populações das zonas rurais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85118 R em 2025-05-31**Comentário:**

Falta de estudos de impacto ambientais rigorosos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85117 Carly Wheeler em 2025-05-31**Comentário:**

Como é que isto pode ser permitido, ao lado de um parque natural que é protegido? Isto não é verde, a energia nem sequer está a ser fornecida a Portugal. As consequências para o ambiente serão catastróficas. Porque não colocar a energia solar no topo dos edifícios em vez de utilizar mais terrenos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85116 Marta Alves em 2025-05-31**Comentário:**

Não se pode destruir ainda mais a natureza. O nosso futuro está em risco.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85115 David em 2025-05-31**Comentário:**

o impacto cultural e ambiental do parque solar é muito grande

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85114 Marta Carvalho em 2025-05-31**Comentário:**

Useem estacionamento, telhados, estradas... mas não campos de cultivo e áreas verdes

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85113 Yannnick Demarbaix em 2025-05-31**Comentário:**

How is it possible that, in fighting climate change. We are destroying valuable ecological systems in an already vulnerable and fragile area, that already has a lot of space dedicated to renewable energies. 251ha Central Solar Fundação -Penamacor (CSFP) com 177.565 painéis fotovoltaicos + 28ha Linhas Eléctricas (LE) + Área corta fogo Projeto inserido em REN (Reserva Ecológica Nacional e RAN (Reserva Agrícola Nacional)Projeto inserido no Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional reconhecido pela UNESCOProjeto inserido na área de Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, cuja associação emitiu parecer negativo. (Decreto-lei n.º 86/2002, de 6 de abril, no n.º 1 do artigo 95.º)Áreas afetadas:Habitações a menos de 500 metros da CSFP que fica a 1,5km das Quintas da Torre.Abate de 705 quercíneas (sobreiros e azinheiras) adultas e afetação das raízes de mais 117 (possibilidade de morte destas árvores)Mais de 1500 sobreiros jovens (com menos de 1 metro) abatidosArranque de 101 oliveiras com mais de 50 anos4ha de área agroflorestal de sobreiro dizimada Mais de 6ha de Área de agriculturaÁreas de carvalhal, pomares, olival, montado, vinha serão destruídas.Afetação de património geológico nas opções para o corredor da Linha Elétrica (LE).Corredores das LE com áreas ocupadas por habitats de interesse comunitário.Os painéis serão lavados 2x por ano, totalizando 530m2 de água utilizados por ano.A área da central solar será totalmente vedada, que afetará significativamente o corredor ecológico e linhas de água que ficarão inacessíveis devido à vedação.Não é referida a perda de capacidade de sequestro de CO2 devido à decapagem do solo que implica a mobilização de + de 59.000m3 de solo.É considerado o estudo do LNEG de 2023 e não a última atualização de 2024, referente às áreas sensíveis para implementação deste tipo de projetos. O que excluiria esta área para instalação do projeto.Medidas de mitigação para as populações vizinhas do projeto são insignificantes

ou mesmo nulas. Não é definido o local de plantação das árvores a que se comprometem plantar como medida de mitigação. Existem já 2 centrais solares na zona - Cabeço Vermelho e Sra. da Póvoa, sendo uma delas contígua. É dada a primazia ao controlo da vegetação através de meios mecânicos, mas não estão proibidos produtos fitofarmacêuticos (herbicidas). Impactos durante a construção: - destruição da flora e fauna da área - aumento de tráfego de veículos - emissão de poeiras e outros poluentes atmosféricos - ruído de maquinaria pesada - possível contaminação dos solos e das linhas de água devido a derrames de substâncias tóxicas - aumento do risco de erosão - aumento do risco de incêndio Impactos na Biodiversidade não só na área de projeto, mas também nas áreas contíguas - perda de habitat - efeito de exclusão e mortalidade de animais - aumento da possibilidade de atropelamentos de fauna - uma espécie (flora) criticamente em Perigo (RELAPE Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção) está presente na área do projeto. - 7 aves + 1 réptil ameaçados com estatuto "vulnerável" - possível casal de cegonhas pretas com estatuto "vulnerável" - morcego lanudo com estatuto "Em Perigo" - abrigo quiróptero (morcegos) muito próximo da área do projeto - Espécies Aquáticas de Interesse Económico em Zona protegida da Ribeira da Meimóia. - presença dos módulos fotovoltaicos dificulta a regeneração natural da vegetação - afetação de quirópteros e aves devido ao reflexo criado pelos módulos solares - CSFP será uma barreira de voo para aves. - favorecimento de espécies invasoras Impacto na Paisagem - CSFP será visível de vários pontos das povoações próximas - intrusão visual numa paisagem natural - intrusão visual com aldeias históricas (ex. Monsanto) - esta intrusão tem impacto na capacidade de atração turística e, consequentemente, no valor económico da região. Relativamente à criação de emprego, a fase de construção será de 10 meses, o que mesmo criando alguns postos de trabalho, serão meramente temporários, dado que a CSFP será gerida remotamente, significando no final, zero postos de trabalho. Do ponto de vista das populações próximas do projeto, não é cumprido o objetivo PNEC2030 que garantiria uma transição justa, democrática e coesa, visto que não houve auscultação das pessoas afetadas pelo projeto. Igualmente, no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, não são cumpridos os pressupostos da descentralização e democratização da produção de energia de forma progressiva e dando relevo ao consumidor enquanto parte ativa do sistema energético, nem promover o envolvimento da sociedade na transição. Muito menos, promover uma transição justa e coesa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85111 Gerrie Van Rompaey em 2025-05-31

Comentário:

Já pensaram no impacto na natureza de painéis solares tão horríveis? A natureza tem de ter precedência sobre o homem, e isto não traz qualquer benefício para a natureza. Pelo contrário. Opomo-nos veementemente a este projeto destruidor da natureza. NÃO é NÃO!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85110 Glória Canavilhas em 2025-05-31

Comentário:

Não concordo com a instalação de mais painéis solares no concelho do Fundão, há que acabar com a destruição de terrenos agrícolas e florestais e contribuir para o aumento global da temperatura da região pelo efeito de sucção da humidade do ar efetuada pelos painéis.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85109 Gerda Fernanda em 2025-05-31

Comentário:

É uma vergonha a forma como a natureza está a ser tratada com total desrespeito. É preciso acabar imediatamente com esta destruição da natureza, da flora e da fauna. Continuaremos a resistir de todas as formas possíveis! NÃO AOS PAINÉIS SOLARES, o homem não tem o direito de simplesmente destruir a natureza para seu próprio benefício.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85108 Elaine em 2025-05-31**Comentário:**

O abate de árvores e a destruição de habitats naturais é o maior problema do nosso planeta. Os painéis solares não são a resposta para este problema. Só fazem dinheiro para pessoas que só se preocupam com o lucro e não com o nosso planeta. Acabem com esta loucura.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85107 Fabio Giuseppe Bardesiato em 2025-05-31**Comentário:**

Hay que preservar a natureza

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85106 Janina em 2025-05-31**Comentário:**

Sou contra o facto de a natureza desta zona estar a ser alvo de uma intervenção maciça para a realização deste parque.É por isso que sou CONTRA este parque solar!

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85105 Daisy May em 2025-05-31**Comentário:**

Discordância

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85104 Francisco Amaral em 2025-05-31**Comentário:**

Não trás nenhum beneficio para a região. E tem muitos inpactos ambientais negativos que não são mitigados.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85103 Jamie Pridmore em 2025-05-31**Comentário:**

Os painéis solares são uma forma fantástica de gerar eletricidade, mas pertencem a telhados e terrenos abandonados, não a terrenos com valor ecológico, agrícola ou turístico. Cortar árvores já estabelecidas para a criação de um parque solar ou eólico não é, de todo, uma estratégia verde e nunca se justifica. Qualquer redução das emissões de carbono resultante da geração de energia não derivada de carbono será compensada pela perda do potencial de captura de carbono ao longo da vida útil das árvores, caso tivessem permanecido. Em conclusão, não há justificação para permitir projectos de geração de energia eólica ou solar que exijam o abate em larga escala de árvores ou a destruição de ecossistemas estabelecidos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85102 Steph Serazin em 2025-05-31**Comentário:**

Esta solução não é boa para o ambiente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85101 Teresa Ariana Pólvora em 2025-05-31**Comentário:**

discordo ativamente com a construção do parque solar a acontecer na minha área de residência por todos os motivos ecológicos, ambientais, sociais e económicos que isso revela. oponho-me principalmente ao processo de desflorestamento para a construção do parque solar, a aniquilação total e absoluta da biodiversidade e eco sistema existente, numa altura tão delicada como esta onde Portugal passa por um período de desertificação. as pessoas residentes na área são as maiores impactadas com a subida da temperatura e a mudança drástica de vida humana e não humana. mais calor, mais mosquitos, diferentes mosquitos, menos prado para animais, menos árvores o que impacta a qualidade do oxigénio e a temperatura. os postos de trabalho criados não são o suficientemente significantes para uma alteração deste tamanho, oponho-me totalmente a qualquer construção de tal tamanho, porque é insustentável e inconsequente a longo prazo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85100 Eric Conrath em 2025-05-31**Comentário:**

Lendo a avaliação do impacto ambiental e considerando que a população não foi informada e considerada antes, oponho-me a este projeto. A população que vive nas imediações tem o direito de ser informada através de uma reunião de esclarecimento, onde possam ser colocadas questões e expressas sugestões e preocupações. Uma consulta pública online é um bom instrumento, mas não substitui uma reunião de esclarecimento. Esta reunião não se realizou. A maioria da população continua a não saber que este projeto vai ser implementado e, por conseguinte, não o pode influenciar. Se não estou em erro, as leis que se aplicam aqui são as seguintes: Diretiva EU - 2023/2413 Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro Decreto-Lei n.º 65/1993, de 26 de Agosto Decreto-Lei n.º 26/2016 Além disso, oponho-me porque o impacto ambiental negativo é maior do que o ganho..-Abate de 705 quercíneas (sobreiros e azinheiras) adultas e afetação das raízes de mais 117 (possibilidade de morte destas árvores)-Mais de

1500 sobreiros jovens (com menos de 1 metro) abatidosArranque de 101 oliveiras com mais de 50 anos-4ha de área agroflorestal de sobreiro dizimada -Mais de 6ha de Área de agricultura-Áreas de carvalhal, pomares, olival, montado, vinha serão destruídas.- Afetação de património geológico nas opções para o corredor da Linha Elétrica (LE).- Corredores das LE com áreas ocupadas por habitats de interesse comunitário.-Os painéis serão lavados 2x por ano, totalizando 530m2 de água utilizados por ano.-A área da central solar será totalmente vedada, que afetará significativamente o corredor ecológico e linhas de água que ficarão inacessíveis devido à vedação.-Não é referida a perda de capacidade de sequestro de CO2 devido à decapagem do solo que implica a mobilização de + de 59.000m3 de solo.-Não é definido o local de plantação das árvores a que se comprometem plantar como medida de mitigação.É dada a primazia ao controlo da vegetação através de meios mecânicos, mas não estão proibidos produtos fitofarmacêuticos (herbicidas). O meu medo é que a pessoa responsável pela limpeza do terreno utilize herbicidas por ser o mais conveniente. Os herbicidas utilizados em grande escala numa área como esta, que tem muitas fontes de água, poluirão maciçamente e colocarão em perigo tanto os animais como os seres humanos.O impacto na biodiversidade será enorme num ambiente que até agora não foi perturbado.- uma espécie (flora) criticamente em Perigo está presente na área do projeto.- 7 aves + 1 réptil ameaçados com estatuto "vulnerável"- possível casal de cegonhas pretas com estatuto "vulnerável"- morcego lanudo com estatuto "Em Perigo"- abrigo quiróptero (morcegos) muito próximo da área do projeto - Espécies Aquáticas de Interesse Económico em Zona protegida da Ribeira da Meimoa.Projeto inserido em REN (Reserva Ecológica Nacional e RAN (Reserva Agrícola Nacional)Projeto inserido no Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional reconhecido pela UNESCOProjeto inserido na área de Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, cuja associação emitiu parecer negativo. (Decreto-lei n.º 86/2002, de 6 de abril, no n.º 1 do artigo 95.º)O estudo refere como impacto positivo a criação de emprego. Isto deve ser uma piada. Relativamente à criação de emprego, a fase de construção será de 10 meses, o que mesmo criando alguns posto de trabalho, serão meramente temporários, dado que a CSFP será gerida remotamente, significando no final, zero postos de trabalho.

Anexos: 85100_Aviso n.º 20155-I2023, de 20 de outubro.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85099 Lissy em 2025-05-31

Comentário:

Protege a natureza regional!!Não e bom pelo mundo a cortar árvores a matas para parques solares

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85098 lola Manning em 2025-05-31**Comentário:**

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela? 2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca? 3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial? 4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha? 5. Porque saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã? 6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas? 7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado? 8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só? 9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10. Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85097 Andrea Reinwald em 2025-05-31**Comentário:**

Como residente da freguesia de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, rejeito a implementação deste projeto na forma definida pelo promotor do projeto pelas seguintes razões:- Não se prevêem benefícios para a comunidade em termos energéticos, económicos, ambientais ou sociais.- Discordo veementemente da afirmação feita no estudo de que a população já está familiarizada com este tipo de infraestruturas, que o impacto não seria muito significativo e que as juntas de freguesia estão abertas a projetos deste tipo, apesar de nunca terem sido consultadas nem sequer informadas da existência deste projeto.- Tenho grandes preocupações quanto ao impacto no ambiente, na saúde, no consumo de água e no microclima local.- Do ponto de vista económico, é de esperar uma desvalorização do património imobiliário da região, efeitos negativos nas empresas turísticas locais e um declínio geral do investimento na região.- Rejeito a progressiva desvalorização de toda a região para um mero parque industrial e energético e defendo, em vez disso, a valorização das actividades agrícolas e pastorais tradicionais, em conjunto com o turismo sustentável e a regeneração territorial.- O grande apagão em abril foi uma prova impressionante da vulnerabilidade da fixação unilateral da política energética nas chamadas energias renováveis. A freguesia de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, a região da Beira Baixa e todo o país de Portugal não merecem ser sacrificados em nome da

ideologia sem futuro da União Europeia.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85096 Ana Rita Maceiras em 2025-05-31

Comentário:

“Plantar” parques fotovoltaicos não pode ser uma opção em locais habitados.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85095 Manuel Kuster em 2025-05-31

Comentário:

Como residente da freguesia de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, rejeito a implementação deste projeto na forma definida pelo promotor do projeto pelas seguintes razões:- Não se prevêem benefícios para a comunidade em termos energéticos, económicos, ambientais ou sociais.- Discordo veementemente da afirmação feita no estudo de que a população já está familiarizada com este tipo de infraestruturas, que o impacto não seria muito significativo e que as juntas de freguesia estão abertas a projetos deste tipo, apesar de nunca terem sido consultadas nem sequer informadas da existência deste projeto.- Tenho grandes preocupações quanto ao impacto no ambiente, na saúde, no consumo de água e no microclima local.- Do ponto de vista económico, é de esperar uma desvalorização do património imobiliário da região, efeitos negativos nas empresas turísticas locais e um declínio geral do investimento na região.- Rejeito a progressiva desvalorização de toda a região para um mero parque industrial e energético e defendo, em vez disso, a valorização das atividades agrícolas e pastorícias tradicionais, em conjunto com o turismo sustentável e a regeneração territorial.- O grande apagão em abril foi uma prova impressionante da vulnerabilidade da fixação unilateral da política energética nas chamadas energias renováveis. A freguesia de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, a região da Beira Baixa e todo o país de Portugal não merecem ser sacrificados em nome da ideologia sem futuro da União Europeia.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85094 Emma Peradon em 2025-05-31**Comentário:**

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela?2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca?3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial?4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha?5. Porquê saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã?6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas?7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado?8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só?9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10.Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

Comentário:

ENGLISH VERSION:I have listed my questions, complaints and arguments against this project below. Why hasn't the effect been considered that the solar farm will have on rising the temperature of local climate? A rise in temperature of only a few degrees would kill many plants, trees and fauna. It would denigrate living in our locality severely. We live in a local climate that already has the highest summer temperatures of the whole of Portugal. The solar field would be destroying the unique countryside landscape of rural portugal (with its landscape being part of the historic villages that are valuable cultural heritage). And with that, destroying many possibilities for tourism businesses.It would be polluting soil and water with chemicals used for weed control (since this will not be prohibited). Further more it could pollute local (essential) water lines through breakage of the panel. Our already vulnerable ecosystems would suffer greatly.How can a solar field on natural meadows be an option when carbon sequestration is so important for the future of a healthy planet (the solar farm will inhibit carbon sequestration). Why is there no details on how this will be compensated? This way, we have no idea what we are agreeing to.Why hasn't it been taken into account how this will contribute to the already happening desertification of the land?What solution is there to the effect of killing insects that are needed for pollination on neighboring farms.(by weed killers and by the reflective effect that will attract and kill many many insects) I also severely disagree with this solar field for taking up landscape that could otherwise be habitat for native species of flora and fauna.Furthermore it will be severely impacting the opportunities for agrotourism in the area (which is the most promising economic sector for growth and more prosperity for the region). This is where we personally will be hit by this solar project. The view of our property and regenerative agrotourism project would be impacted a lot. Decreasing both the value of our property as well as future chances of developing a prospering business.Sincerely, Anne Roose-Van LeeuwenAldeia de Santa Margarida/ Mata da Rainha-
-----VERSÃO PORTUGUESA:Elenquei abaixo as minhas perguntas, queixas e argumentos contra este projeto.Porque não foi considerado o efeito que o parque solar terá no aumento da temperatura do clima local?Um aumento de apenas alguns graus mataria muitas plantas, árvores e fauna. Isso degradaria gravemente a vida na nossa localidade. Vivemos num clima local que já apresenta as temperaturas de verão mais elevadas de todo o país.O parque solar estaria a destruir a paisagem rural única de Portugal (com a sua paisagem a fazer parte das aldeias históricas, que são um valioso património cultural). E, com isso, destruindo muitas possibilidades para os negócios turísticos.Estaria a poluir o solo e a água com produtos químicos utilizados para o controlo de ervas daninhas (uma vez que tal não será proibido). Além disso, poderia poluir as linhas de água locais (essenciais) devido à quebra do painel. Os nossos ecossistemas já vulneráveis sofreriam muito.Como pode um parque solar em prados naturais ser uma opção quando o sequestro de carbono é tão importante para o futuro de um planeta saudável (o parque solar inibirá o sequestro de carbono)? Porque não há detalhes sobre como isso será compensado? Desta forma, não temos ideia do que estamos a concordar.Porque não foi tido em conta como é que isso contribuirá para a desertificação já existente da terra?Que solução existe para o efeito da matança de insetos necessários para a polinização nas explorações vizinhas (por herbicidas e pelo efeito reflexivo que atrairá e matará muitos insetos)?Também discordo veementemente deste campo solar por ocupar uma área que poderia ser habitat para espécies nativas da flora e fauna.Além disso, terá um impacto severo nas oportunidades de agroturismo na área (que é o setor económico mais promissor para o crescimento e mais prosperidade da região). É aqui que nós, pessoalmente, seremos afetados por este projeto solar. A vista da nossa propriedade

e o projeto de agroturismo regenerativo seriam bastante impactados, diminuindo tanto o valor da nossa propriedade como as hipóteses futuras de desenvolver um negócio próspero. Sinceramente, Anne Roose-Van Leeuwen - Aldeia de Santa Margarida/ Mata da Rainha.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85092 Maarten van Gent em 2025-05-31

Comentário:

Não é uma boa ideia demolir a natureza valiosa para construir um parque solar. Eu sou contra. Os parques solares são um grande problema para a paisagem, para a natureza e para a estabilidade da rede eléctrica, como pudemos constatar no outro dia, quando faltou a eletricidade em toda a Espanha e Portugal. São possíveis outras alternativas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85091 Houzelle Amand Clotilde em 2025-05-31

Comentário:

Sou contra, a terra deve ser deixada aos agricultores, precisamos deles para nos alimentarmos de forma saudável, os painéis solares são prejudiciais para o ambiente, os ambientalistas são destruidores da natureza

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85090 cecilia Brito em 2025-05-30**Comentário:**

Já há parques solares em excesso. Terrenos agrícolas nunca deviam ser ocupados dessa forma.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85089 Miguel Hoeven em 2025-05-30**Comentário:**

EXISTEM ALTERNATIVAS! A substituição de árvores por painéis solares é um contrasenso ambiental total. Aproveitem-se os telhados e parques de estacionamento, zonas desertificadas e, se tiver mesmo que ser, substituam-se eucaliptais. O mundo precisa de mais árvores, mais vida, mais solos saudáveis e ciclos hidrológicos revitalizados, não de mais ar condicionado, aquecimento e luz artificial. Pensem bem no futuro, não sejam uma mancha na história deste planeta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85088 Haeberlin em 2025-05-30**Comentário:**

It is totally unacceptable to further destroy this beautiful region that lives from agriculture and tourism. The region suffered already from extreme fires, the water resources are at risk. The project in Peru Viseu shows already a total disaster and reflects the unspeakable mindlessness and destruction. I object against this project 100%!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

Comentário:

Motivos para a total discordância deste projecto:- O estabelecimento de 28 hectares de uma linha de alta tensão numa zona que está já demasiado fustigada pela existência de vários kms de linhas de alta tensão, nomeadamente entre Benquerença -Peroviseu-Fatela-Enxames-Mata da Rainha-Quintas da Torre: 24km X 11km X 5km X 11km x 5km. Como se pode ver é uma área demasiado pequena com consequências não só a nível de impacto visual mas também ao nível da saúde. É completamente contraproducente a não existência de um estudo de monitorização de campos elétricos e magnéticos e limitarem-se a esperar por eventuais reclamações ou danos na saúde física e psicológica de eventuais afectados, sabendo perfeitamente que originam doenças a longo prazo - Localização apresenta-se no Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional que é uma área classificada por compromissos internacionais, sendo da maior importância a sua preservação não só ecológica, mas também das suas populações autóctones e suas formas de subsistência e por fim último a nível pedagógico e turístico. É preciso não esquecer que é uma zona que vive muito do turismo. Quem visita o interior são pessoas maioritariamente do litoral/ grandes cidades que decerto perderão o interesse se a paisagem se apresentar cada vez mais alterada e humanizada.- Estamos a destruir milhares de hectares de ecossistemas agrícolas e florestais com base apenas numa probabilidade, tal como refere o relatório. É preciso não esquecer, e isto sim é um facto que as consequências da actividade humana sobre eventuais alterações do clima é irrisória comparado com outros fenómenos solares tal como a Paleontologia refere e que serão sempre cíclicos.- Dizer que a população irá beneficiar com este projecto é a maior mentira propagada não só pelos proponentes como também pelos media e as próprias autarquias locais, sendo que não só os habitantes vêm o seu património natural e memória a ser destruído/alterado como estamos a pagar uma factura de luz cada vez mais cara, prova de que a electricidade gerada não fica sequer no nosso país, e não nos salva de eventuais apagões.- Igualmente mentira é dizer que a necessidade de implementação destes projectos visa diminuir a dependência dos fósseis, uma vez que a demanda energética com centros de dados e IA é e será tão grande no futuro, que se considera até a possibilidade de voltar a usar energia nuclear, etc, para além obviamente do gás e dos fósseis.- "Promover a transição para uma economia de baixo carbono, gerando mais riqueza e emprego, contribuindo para o crescimento verde" A única riqueza gerada vai para os bolsos de quem explora e para as autarquias e donos dos terrenos. Não existe igualmente crescimento verde sem árvores, ou vegetação- "Promover uma agricultura sustentável"- como é que se promove uma agricultura sustentável quando os terrenos que poderiam ir para esse fim, ficam completamente inutilizados?- "A solução de compensação final a adotar, se sobreiro ou pinheiro-bravo ou outra, será definido em fase posterior e adaptada à região onde se implementará o projeto de compensação"- O estudo apenas refere os cálculos para aquilo que é necessário para a compensação, mas na realidade não existe um plano concreto de onde, quando e com o quê se irá proceder à compensação de 265hec e não dá igualmente nenhuma garantia de monitorização das novas plantações de forma a garantir que sobrevivem.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85086 Cheryl Taylor em 2025-05-30

Comentário:

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela?2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca?3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial?4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha?5. Porquê saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã?6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas?7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado?8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só?9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10.Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85085 Sarah Sibert em 2025-05-30**Comentário:**

O parque solar proposto entre o Fundão e Penamacor levanta sérias preocupações devido aos seus impactos ambientais e sociais significativos. Envolve a destruição de mais de 700 sobreiros e azinheiras protegidos, a perda de biodiversidade em mais de 67 hectares e a redução da capacidade de sequestro de carbono equivalente a mais de 3.000 toneladas de CO₂. O projecto alteraria também de forma visível a paisagem rural e poderia interferir com linhas de água locais, sem oferecer benefícios económicos ou energéticos claros para as comunidades envolvidas. Estas questões colocam em causa se o custo ambiental a longo prazo é justificável, sobretudo numa região que depende da agricultura, do uso tradicional da terra e do turismo rural. Tal como acontece com a maioria destes projectos energéticos, trata-se mais de dinheiro do que de salvar o ambiente.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85084 Ana Cláudia Pereira Carvalho em 2025-05-30**Comentário:**

Sem necessidade de aumento de produção de energia. Acumular central solar irá consequentemente agravar a pegada verde, nomeadamente, o efeito estufa; e causar impacto paisagístico vs. turístico, socioeconómicas à região e, ambientais, graves. O facto da transição energética ser uma visão a longo prazo é obsoleta ao momento atual pois as atuais necessidades energéticas são respondidas. E, com reserva de energia elétrica qual a razão de importação de energia? Agradeço resposta para e-mail apereira_carvalho@hotmail.com Não vale responder que o fazem quando sem reservas nacionais porque constataram que não foi o caso em, pelo menos, uma situação passada, conhecida. Daí este argumento não merecer + consideração. Obrigada !!

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85082 Matilde Nuñez Galleguillos em 2025-05-30**Comentário:**

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela? 2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca? 3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial? 4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha? 5. Porque saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã? 6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas? 7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado? 8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só? 9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10. Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85081 Lindsay Birkill em 2025-05-30**Comentário:**

Discordo fundamentalmente deste tipo de desenvolvimento da energia solar e oponho-me a ele com base nos danos ambientais. Os terrenos rústicos onde se desenvolve este projeto albergam muitas espécies únicas e ameaçadas que fazem parte do nosso património. O ritmo actual do avanço tecnológico na área da energia fotovoltaica significa que, num espaço de tempo muito curto, projectos como este têm uma grande probabilidade de se tornarem obsoletos. Ao permitir que tais projetos prossigam em terrenos rústicos, estaríamos a permitir danos ambientais duradouros e irreparáveis em troca de benefícios apenas a curto prazo. Os projetos fotovoltaicos devem limitar-se à instalação em edifícios ou estruturas existentes, onde proporcionem os benefícios adicionais de isolar e proteger essas estruturas, e em ambientes próximos de locais onde exista procura de eletricidade e onde já exista infraestrutura de cablagem adequada. Se chegarmos a um ponto em que todos os edifícios em todas as zonas industriais de Portugal estão cobertos por painéis solares, e só então, se deve ponderar a realização de instalações como esta em terrenos rústicos. O nosso património ambiental é valioso e insubstituível, existindo muitos outros locais possíveis para tal instalação. A sua instalação não deve ser permitida.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85078 Charlize Fonseca em 2025-05-30

Comentário:

Concordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85076 Lisa Lockefer em 2025-05-30

Comentário:

Er leven beschermd en bedreigde soorten in dit gebied, om nog maar te zwijgen van een enorme hoeveelheid zeer oude kurkeiken, olijfbomen, animal habitats etc. Dit is een milieuramp. Keep the nature,!! Don't industrialize like other countries, it makes it ugly

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85075 Wendy em 2025-05-30

Comentário:

contra este plano, será a expensas da natureza, sem quaisquer benefícios para os residentes que vivem nas proximidades

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85074 Lucas Coesens em 2025-05-30**Comentário:**

JÁ CHEGA DE DESTRUIÇÃO DA NATUREZA, DESTRUIÇÃO DE VISTAS, VIOLAÇÃO DA PRIVACIDADE E TOTAL DESRESPEITO PELA VONTADE DO POVO!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85072 Nathalie Oltheten em 2025-05-30**Comentário:**

O impacto ambiental deste projeto será terrível. Existem espécies protegidas e ameaçadas nesta área.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85071 Maria João Gouveia em 2025-05-30**Comentário:**

Enquanto cidadã profundamente preocupada com o futuro do território, das suas populações — humanas e mais-que-humanas — venho manifestar a minha firme oposição ao projeto da Central Solar Fundação-Penamacor (CSFP), pelas seguintes razões:---1. Implantação em áreas de elevado valor ecológico, agrícola e geológicoEste projeto abrange 251 hectares situados em áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN), da Reserva Agrícola Nacional (RAN), e do Geopark Naturtejo, reconhecido pela UNESCO. Sobrepõe-se à zona hidroagrícola da Cova da Beira, cuja entidade gestora já emitiu parecer negativo (Decreto-Lei n.º 86/2002, Art.º 95.º). A localização revela um total desrespeito pelos ecossistemas, pelos usos do solo, pela biodiversidade e pela soberania alimentar da

região.---2. Destruição irreversível de biodiversidade e tecido agroflorestalO projeto prevê:O abate de 705 sobreiros e azinheiras adultos, com danos de raiz em mais 117;A destruição de mais de 1.500 sobreiros jovens;O arranque de 101 oliveiras com mais de 50 anos;A eliminação de vinhas, pomares, olivais e áreas agrícolas;A presença de espécies RELAPE (rara, endêmica, localizada e/ou em perigo crítico);A destruição de habitats de aves e morcegos, com barreiras ao seu voo e efeitos nocivos da reflexão dos painéis.Esta é uma ameaça existencial à continuidade ecológica e cultural do território.---3. Afetação direta de populações humanasA CSFP será construída a apenas 1,5 km de povoações como Quintas da Torre, com casas localizadas a menos de 500 metros da infraestrutura. Os impactos negativos incluem: Ruído e poeiras da construção;Aumento do tráfego e risco de contaminação dos solos e linhas de água;Desvalorização das habitações e paisagens;Intrusão visual significativa, inclusive sobre aldeias históricas como Monsanto, com consequências no turismo e identidade cultural da região.---4. Falta de participação pública e violação dos princípios de justiçaAs populações locais não foram ouvidas.Não foram realizadas consultas públicas presenciais nos territórios afetados. Não houve escuta, nem envolvimento, nem consentimento.Isto constitui uma violação direta dos princípios estabelecidos no PNEC2030 e na RNC2050, que defendem uma transição energética justa, descentralizada e participativa.---5. Impacto nos recursos hídricos, solos e paisagemMobilização de mais de 59.000 m³ de solo, com perda de capacidade de sequestro de carbono;Lavagem dos painéis com 530 m³ de água por ano — num território já afetado por seca;Vedação integral da área, afetando linhas de água, corredores ecológicos e a regeneração da vegetação;Intrusão visual severa sobre paisagens naturais e culturais.---6. Sobreposição com outras centraisNa região já existem duas centrais solares — Cabeço Vermelho e Senhora da Póvoa. Uma delas adjacente ao novo projeto. Este projeto acentua a sobrecarga territorial, sem consideração pelos impactos cumulativos.---7. Promessas vazias: empregos temporários e ausência de benefícios locaisA fase de construção terá duração limitada (cerca de 10 meses). Após isso, a gestão será remota e não criará emprego local permanente. A comunidade será apenas um corpo exposto aos impactos, sem qualquer partilha de benefícios.---ConclusãoNão podemos aceitar que a transição energética seja feita à custa da destruição da vida — humana e mais-que-humana — que ainda resiste com dignidade no interior do nosso país. Não podemos permitir que a pressa por cumprir metas internacionais justifique a violação de ecossistemas, saberes, vínculos e formas de vida.Este projeto não serve a justiça climática, nem a justiça social, nem a justiça ecológica.Peço, com firmeza e esperança, que este projeto não avance.Com respeito e insurgência,Maria João Gouveia

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85069 Freddy de Haas em 2025-06-01**Comentário:**

Why were the interactions with other projects to install wind and photovoltaic farms on private land in the same municipalities, for example Vale de Prazeres and Mata da Rainha, not considered? And what is the reduction of CO₂ with solar panel and windmill? What about the CO₂ impact with mining too on the natural habitat. Animals, insects, trees, water?

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85068 KIMBERLY MANCHEE em 2025-05-30**Comentário:**

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela? 2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca? 3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial? 4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha? 5. Porque saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã? 6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas? 7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado? 8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só? 9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10.. Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista? Quer tornar completamente inabitável toda a zona sudeste da maior montanha de Portugal

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85067 Rui Peleção Marques em 2025-05-30**Comentário:**

O projeto não é suficientemente claro ou é omissivo sobre as formas de mitigação dos impactos que são vastos, nomeadamente no que concerne à afetação de terrenos REN e RAN bem como ao Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira. Acrescentar ainda que ao contrário do que defende o estudo, as comunidades locais não estão familiarizadas com projetos desta dimensão e não foram devidamente informadas ou auscultadas. As metas de transição energética são importantes para o país e exigem solidariedade territorial, mas não podem ser feitas sempre à custa das populações do interior, que suportam os custos e impactos "extrativos" e não beneficiam nem são compensadas pelos impactos causados por estas infraestruturas.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85064 Sabine Pernet em 2025-05-30**Comentário:**

O excesso de projectos de energia fotovoltaica leva à criação de zonas de calor, prejudica a paisagem e não beneficia as populações locais. O lucro não deve ser o critério, mas sim a preservação do ambiente. Alternativas podem ser consideradas. Os efeitos sobre o solo e a biodiversidade são ainda mal conhecidos e as populações locais devem ser informadas, sensibilizadas e, em última análise, devem exigir contrapartidas e votar a favor ou contra este tipo de projectos.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 85063 Victor Antunes em 2025-05-30**Comentário:**

Bom dia Não tenho nada contra a instalação de parques fotovoltaicos, é preferível esses a outro tipo de produção como a biomassa que no Fundão foi um erro ser instalado muito próximo das habitações. Sou apenas contra a sua instalação em terrenos com potencial agrícola, há muitos terrenos improdutivos em zonas acidentadas sem aptidão agrícola onde instalar. Proponho igualmente que se preveja a instalação de contentores de baterias para uma maior resiliência da rede. Os meus melhores cumprimentos Victor Antunes

Anexos: Não**Estado:** Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85062 Tomás em 2025-06-01

Comentário:

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela?2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca?3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial?4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha?5. Porquê saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã?6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas?7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado?8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só?9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10..Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?Quer tornar completamente inabitável toda a zona sudeste da maior montanha de PortugalHá energia mais do que suficiente disponível em toda esta região, é apenas uma questão de exportar para outras zonas. a energia deve ser gerada onde há procura, não aqui.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85060 Rene Reichert em 2025-05-29

Comentário:

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela?2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca?3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial?4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha?5. Porque saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã?6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas?7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado?8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só?9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10..Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?Quer tornar completamente inabitável toda a zona sudeste da maior montanha de Portugal

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85058 ines Pimentel em 2025-05-29

Comentário:

Vivendo nesta zona onde está em discussão a instalação de MAIS um parque solar, venho partilhar o meu radical desacordo. Destruir a fauna e a flora em nome de energias ditas "verdes" tem contado com muitas avaliações negativas. Áreas de quilómetros transformadas em desertos e painéis solares que não asseguram energia ou independência, às zonas onde estão instalados, como se verificou no apagão recente, não trás retorno à população afetada. Por outro lado, o aquecimento global contraria se com a plantação de árvores, e não o abate massivo que se verifica nestes projectos que recusamos veementemente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85056 Suzy king em 2025-05-29**Comentário:**

Queria esclarecer o seguinte 1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela?2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca?3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial?4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha?5. Porquê saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã?6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas?7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado?8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só?9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10..Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?No meu opinião vai tornar completamente inabitável toda a zona sudeste da maior montanha de Portugal e vai ter um impacto negativo na paisagem, na biodiversidade, e vai ser desincentivo para habitantes prospectivos

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

Comentário:

251ha Central Solar Fundação -Penamacor (CSFP) com 177.565 painéis fotovoltaicos + 28ha Linhas Eléctricas (LE) + Área corta fogo Projeto inserido em REN (Reserva Ecológica Nacional e RAN (Reserva Agrícola Nacional)Projeto inserido no Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional reconhecido pela UNESCOProjeto inserido na área de Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, cuja associação emitiu parecer negativo. (Decreto-lei n.º 86/2002, de 6 de abril, no n.º 1 do artigo 95.º)Áreas afetadas:Habitções a menos de 500 metros da CSFP que fica a 1,5km das Quintas da Torre.Abate de 705 quercíneas (sobreiros e azinheiras) adultas e afetação das raízes de mais 117 (possibilidade de morte destas árvores)Mais de 1500 sobreiros jovens (com menos de 1 metro) abatidosArranque de 101 oliveiras com mais de 50 anos4ha de área agroflorestal de sobreiro dizimada Mais de 6ha de Área de agriculturaÁreas de carvalho, pomares, olival, montado, vinha serão destruídas.Afetação de património geológico nas opções para o corredor da Linha Elétrica (LE).Corredores das LE com áreas ocupadas por habitats de interesse comunitário.Os painéis serão lavados 2x por ano, totalizando 530m2 de água utilizados por ano.A área da central solar será totalmente vedada, que afetará significativamente o corredor ecológico e linhas de água que ficarão inacessíveis devido à vedação.Não é referida a perda de capacidade de sequestro de CO2 devido à decapagem do solo que implica a mobilização de + de 59.000m3 de solo.É considerado o estudo do LNEG de 2023 e não a última atualização de 2024, referente às áreas sensíveis para implementação deste tipo de projetos. O que excluiria esta área para instalação do projeto.Medidas de mitigação para as populações vizinhas do projeto são insignificantes ou mesmo nulas.Não é definido o local de plantação das árvores a que se comprometem plantar como medida de mitigação.Existem já 2 centrais solares na zona - Cabeço Vermelho e Sra. da Póvoa, sendo uma delas contígua.É dada a primazia ao controlo da vegetação através de meios mecânicos, mas não estão proibidos produtos fitofarmacêuticos (herbicidas).Impactos durante a construção:- destruição da flora e fauna da área- aumento de tráfego de veículos - emissão de poeiras e outros poluentes atmosféricos - ruído de maquinaria pesada- possível contaminação dos solos e das linhas de água devido a derrames de substâncias tóxicas- aumento do risco de erosão - aumento do risco de incêndio Impactos na Biodiversidade não só na área de projeto, mas também nas áreas contíguas - perda de habitat - efeito de exclusão e mortalidade de animais - aumento da possibilidade de atropelamentos de fauna- uma espécie (flora) criticamente em Perigo (RELAPE Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção) está presente na área do projeto.- 7 aves + 1 réptil ameaçados com estatuto "vulnerável"- possível casal de cegonhas pretas com estatuto "vulnerável"- morcego lanudo com estatuto "Em Perigo"- abrigo quiróptero (morcegos) muito próximo da área do projeto - Espécies Aquáticas de Interesse Económico em Zona protegida da Ribeira da Meimoa.- presença dos módulos fotovoltaicos dificulta a regeneração natural da vegetação - afetação de quirópteros e aves devido ao reflexo criado pelos módulos solares - CSFP será uma barreira de voo para aves.- favorecimento de espécies invasoras Impacto na Paisagem - CSFP será visível de vários pontos das povoações próximas - intrusão visual numa paisagem natural - intrusão visual com aldeias históricas (ex. Monsanto)- esta intrusão tem impacto na capacidade de atração turística e, consequentemente, no valor económico da região.Relativamente à criação de emprego, a fase de construção será de 10 meses, o que mesmo criando alguns posto de trabalho, serão meramente temporários, dado que a CSFP será gerida remotamente, significando no final, zero postos de trabalho.Do ponto de vista das populações próximas do projeto, não é cumprido o objetivo PNEC2030 que garantiria uma transição justa, democrática e coesa, visto que não houve auscultação das pessoas

afetadas pelo projeto. Igualmente, no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, não são cumpridos os pressupostos da descentralização e democratização da produção de energia de forma progressiva e dando relevo ao consumidor enquanto parte ativa do sistema energético, nem promover o envolvimento da sociedade na transição. Muito menos, promover uma transição justa e coesa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85053 Chris Bond em 2025-05-29

Comentário:

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela?2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca?3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial?4. Porque não foram consideradas as interacções com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha?5. Porquê saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã?6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas?7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado?8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só?9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10..Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?Quer tornar completamente inabitável toda a zona sudeste da maior montanha de Portugal

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

Comentário:

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela? 2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca? 3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial? 4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha? 5. Porque saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã? 6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas? 7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado? 8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só? 9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10.. Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista? Quer tornar completamente inabitável toda a zona sudeste da maior montanha de Portugal?

Áreas afetadas:

- Habitacões a menos de 500 metros da CSFP que fica a 1,5km das Quintas da Torre.
- Abate de 705 quercíneas (sobreiros e azinheiras) adultas e afetação das raízes de mais 117 (possibilidade de morte destas árvores)
- Mais de 1500 sobreiros jovens (com menos de 1 metro) abatidos
- Arranque de 101 oliveiras com mais de 50 anos
- 4ha de área agroflorestal de sobreiro dizimada
- Mais de 6ha de Área de agricultura
- Áreas de carvalhal, pomares, olival, montado, vinha serão destruídas.
- Afetação de património geológico nas opções para o corredor da Linha Elétrica (LE).
- Corredores das LE com áreas ocupadas por habitats de interesse comunitário.
- Os painéis serão lavados 2x por ano, totalizando 530m² de água utilizados por ano.
- A área da central solar será totalmente vedada, que afetará significativamente o corredor ecológico e linhas de água que ficarão inacessíveis devido à vedação.
- Não é referida a perda de capacidade de sequestro de CO₂ devido à decapagem do solo que implica a mobilização de + de 59.000m³ de solo.
- É considerado o estudo do LNEG de 2023 e não a última atualização de 2024, referente às áreas sensíveis para implementação deste tipo de projetos. O que excluiria esta área para instalação do projeto.
- Medidas de mitigação para as populações vizinhas do projeto são insignificantes ou mesmo nulas.
- Não é definido o local de plantação das árvores a que se comprometem plantar como medida de mitigação.
- Existem já 2 centrais solares na zona - Cabeço Vermelho e Sra. da Póvoa, sendo uma delas contígua.
- É dada a primazia ao controlo da vegetação através de meios mecânicos, mas não estão proibidos produtos fitofarmacêuticos (herbicidas).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85050 Ana Sofia Oliveira em 2025-05-29

Comentário:

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela?2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca?3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial?4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha?5. Porquê saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã?6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas?7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado?8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só?9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10..Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?Querem tornar completamente inabitável toda a zona sudeste da maior montanha de Portugal

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85046 Pamela em 2025-05-29

Comentário:

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela?2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca?3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial?4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha?5. Porquê saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã?6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas?7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado?8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só?9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10..Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?Quer tornar completamente inabitável toda a zona sudeste da maior montanha de Portugal

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85045 Henrique Raposo em 2025-05-29

Comentário:

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela?2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca?3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial?4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha?5. Porquê saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã?6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas?7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado?8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração

e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só?9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10.Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?Ponham mas é os painéis solares nos telhados das casas da cidade onde a energia é mais precisa, ponham as ventoinhas eólicas no oceano, pois Portugal tem o maior território europeu pelo espaço marítimo que temos. Deixem de estragar o planeta terra na contenda desta falácia da energia verde que anda a estragar o nosso planeta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85044 André Gonçalves em 2025-05-28

Comentário:

Nao concordo com a instalação de parques solares em terrenos agrícolas. É um crime ambiental e nao tras nenhum beneficio para a população.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85043 Matteo Bonini em 2025-05-28

Comentário:

1. Como é possível pensar em instalar uma central tão grande mesmo ao lado do parque natural de Serra de Estrela?2. Como é possível não considerar adequadamente o impacto paisagístico da central e das linhas de transporte, numa zona já violada pela linha de alta tensão da REN que passa por Orca?3. Porque não foi considerado o impacto socioeconómico de uma infra-estrutura energética deste tipo, num território já abandonado e despovoado, cujo único futuro é a valorização das actividades agrícolas e pastoris tradicionais, aliada ao turismo sustentável e à regeneração territorial?4. Porque não foram consideradas as interações com outros projectos de instalação de parques eólicos e fotovoltaicos em terrenos privados nos mesmos concelhos, por exemplo Vale de Prazeres e Mata da Rainha?5. Porquê saturar ainda mais um distrito já fortemente impactado por outras grandes centrais, como a da Covilhã?6. Porque é que as necessidades de água do sistema fotovoltaico para arrefecimento e limpeza dos painéis não foram calculadas?7. Porque é que o impacto nos cursos de água existentes, incluindo o seu desvio e contaminação devido ao movimento de terras, não foi avaliado?8. Porque é que a avaliação de impacto ambiental não tem em conta o impacto de todas as grandes operações na zona sudeste da montanha, incluindo, por exemplo, as áreas de exploração e aproveitamento de minas e escavações relacionadas com o lítio e não só?9. Porque é que os estudos atuais não incluem qualquer avaliação do ciclo de vida dos painéis solares

e dos métodos de eliminação no final da sua vida útil? 10..Quem terá de suportar os custos de remoção e a recuperação ambiental prevista?Quer tornar completamente inabitável toda a zona sudeste da maior montanha de Portugal?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85023 RUI MARTINS LEITAO em 2025-05-27

Comentário:

ACCP Associação Cicloturismo e Clássicos de Penamacor, discordamos plenamente com construção de Mais uma Central SolarTotal discordância após ter conhecimento deste texto que traduz toda a verdade:Estamos perante mais um atentado ambiental, que vai afectar não só terrenos agrícolas, alguns mesmos em REN como também as nossas florestas com cerca de 1000 sobreiros a serem abatidos, fora todas as outras espécies, sem qualquer plano de compensação claramente definido ou posteriormente monitorizado.Estamos ainda a falar de mais um corredor com postes de alta tensão,que irá atravessar explorações agrícolas e particulares onde, apesar de a empresa não apresentar qualquer estudo sobre o seu impacto nas populações, já está mais que comprovado cientificamente os riscos que a sua proximidade acarretam para a saúde nomeadamente: tumores, depressão, Alzheimer, esclerose, problemas de coração, etc

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 85011 Rafaela Gerales em 2025-05-23

Comentário:

Discordo completamente com a construção da Central Solar. Em tempos, o ar dos Três Povos foi nomeado o ar mais puro de Portugal. Com a construção da central vamos deixar de ter uma vista verdinha para passarmos a ver um manto negro. Grande parte da nossa região está cheia de painéis solar, estamos a estragar a beleza da nossa terra.Reforço novamente que discordo completamente com a construção da Central Solar. Dêem ouvidos à população que aqui reside ! NÃO À CENTRAL SOLAR!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84988 Rita Guerreiro em 2025-05-21

Comentário:

Já temos painéis voltaicos em demasiados lugar, são mares de painéis a perder de vista onde a natureza e os seres vivos não têm lugar! Coloquem os painéis nos telhados dos edifícios e das casas, que será menos prejudicial ao ambiente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84964 Ines pires em 2025-05-19

Comentário:

Não concordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84963 Guy Sadan em 2025-05-19

Comentário:

Não concordo com a iniciativa de transformação de terras agrícolas em campos de painéis solar. Os painéis produzem energia mas ocupam espaço, só têm vida útil de 20 anos e não são recicláveis. No último apagão tivemos mais uma prova que este não é o caminho a frente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84958 Laura Havard em 2025-05-19

Comentário:

Esta é uma bela área que deveria ser usada para o turismo sustentável, a fim de impulsionar a economia. Esta área não deve ser transformada em uma fábrica clandestina em nome do lucro. Com isso, o turismo vai parar, a enorme quantidade de estrangeiros que investem grandes quantias de dinheiro vai parar e a área vai perecer. Por favor, repensem e parem de destruir Portugal. É possível manter a área bonita e instalar painéis solares nos telhados. Não permitam este projeto. Deixem a beleza para seus filhos herdarem. This is a beautiful area that should be used for sustainable tourism to boost the economy. This area should not be turned into a black factory floor in the name of profit by doing this tourism will stop, the huge amount of foreigners who are investing large amounts of money will stop & the area will die. Please rethink & stop destroying Portugal it is possible to keep the area beautiful & put solar panels on roofs. Don't allow this project. Leave beauty for your children to inherit

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84956 Alora Jaimes em 2025-05-19

Comentário:

THIS DESTRUCTIVE ACT MUST BE ABORTED AND STOPPED. The proposed act will destroy life on Earth. The earth needs the sun to sustain and regenerate itself. Which is why we have chemtrails that try to block us from it. We humans and all species on this planet need the earth and the sun to sustain and regenerate ourselves. You who propose this act included. THE MEN AND WOMEN OF THIS PLANET WERE MEANT TO PROTECT IT NOT PARTICIPATE IN ITS DESTRUCTION. I pray and propose all beings for this act have a radical awakening, listen to the wisdom of nature and remember one's part in it. I stand in protection of land to be preserved and restored for our children that will inherit it.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84769 Célia Maria Nunes da Cruz em 2025-05-05

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84415 Rosa Serra em 2025-04-27

Comentário:

Não concordo com este projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84126 joao antonio geraldес amaral em 2025-04-24

Comentário:

não concordo pois energia verde não é ocupar zonas agrícolas e nunca será cortar árvores para colocar painéis ou eólicas. As árvores levam muitos anos a crescer e são fundamentais para a vida de todos nós pois servem para filtrar o ar que respiramos. cortar árvores NUNCA !!!!!!!!!!!!!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84035 Telma Peralta em 2025-04-22**Comentário:**

Exmos . srs!Estou em completo desacordo com a instalação desta central na minha zona de residência! Por várias razões, enumero seguidamente algumas delas:- utilização de área agrícola para instalação de painéis solares.- degradação da paisagem e consequente redução de flora e fauna na área - pagamento de rendas a privados, cujos os beneficiados são apenas os arrendatários e os investidores, uma vez que não existe, como ainda nao existiu, qualquer redução no valor da eletricidade. Tendo sido alegado pela EDP que o aumento nas faturas se deve ao elevado numero de rendas, simples, parem com este erro!!! - linhas de média e alta tensão são prejudiciais para a saúde dos que aqui vivem, somos Interior mas não somos ignorantes! Por fim e não menos importante, uma questão, quem beneficia com esta central e todas as que foram criadas nos ultimos tempos em Portugal?!É vergonhoso, tornarmos os nossos campos "verdes" em longas áreas negras que mais fazem lembrar o "mar negro". Parem de utilizar a desculpa de energia verde, renovavel, "limpa" quando para isso utilizam materiais que nem reutilizaveis são!!! Isto é apenas vergonhoso!!

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 84029 Alexandra em 2025-04-22**Comentário:**

Considero o projecto desnecessário e ambientalmente execrável, tendo em conta a devastação que acarreta.Não deve ser implementado. Atenciosamente

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 84020 João Oliveira em 2025-04-22**Comentário:**

Para quando uma lei que proíba o uso de solos com aptidão agrícola, para a instalação de enormes áreas de painéis solares (como por exemplo Itália já fez há muito tempo)?Este cada vez maior mar negro, que infelizmente alastra por estas terras do interior, além de as descaracterizar e lhes retirar beleza e biodiversidade, irá contribuir para acelerar ainda mais a desertificação humana destes territórios. O impacto ambiental nestas paisagens ricas de biodiversidade e com aptidão agrícola é, ou será, enorme! Ninguém estará interessado em vir fazer turismo para aqui, para ver um vasto e visualmente agressivo, manto negro. O dinheiro não é tudo!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84009 Daniel Filipe Terras Amaral em 2025-04-22

Comentário:

Para ter uma das electricidades mais cara da Europa, e destruir habitat para lince, coelho bravo, veado e corços, raposas e aves várias, e se é pela pegada ecológica, já contaram quantas árvores vão derrubar e o CO2 que não será filtrado?!!!! Nova energia atómica já!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84007 Cristina Galhardo em 2025-04-21

Comentário:

Estão a destruir ecossistemas inteiros. Transformaram já parte do concelho do Fundão num mar negro, destruindo uma paisagem maravilhosa e habitat de muitas espécies de flora e fauna. A energia solar é positiva em entepostos isolados, no campo, como suporte a habitação ou construções de apoio agrícola. Não em hectares intermináveis de campos cultiváveis ou paisagem natural. Estão a destruir este país.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83957 Carlos Cerveira em 2025-04-19**Comentário:**

Discordo com esta central solar, pois vem danificar o que de mais belo temos na nossa região que é a natureza. É uma tristeza ver a região coberta por um manto preto de painéis solares. Espero que ou menos pensem nas gerações seguintes o que eles vão perder, pois eles são os nossos filhos e como pais devemos pensar no seu futuro e não danifica lo

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 83931 Manuel Valadas Preto em 2025-04-17**Comentário:**

É totalmente inadmissível e até contraproducente para a saudável expansão das energias alternativas, nomeadamente da eletrovoltaica, que árvores de valor ambiental e social sejam destruídas para efeitos de produção de energias "limpas". Este tipo de projeto afasta, compreensivelmente, o apoio da população de futuros projetos deste género. Os abusos que têm sido cometidos, e este inclui-se nesse lote, ao desbastar mais de 10 hectares de arvoredo de valor, causam indignação popular que passa a desconfiar das energias limpas. Por favor, para bem da expansão das energias alternativas, de que Portugal tanto necessita, não aprovem este projeto nem nenhum que implique a destruição, nem que seja de uma única árvore de valor ambiental, social e económico.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 83929 Tito Lopes em 2025-04-17**Comentário:**

Tem sido um absurdo a proliferação actual, destes parques solares. Por um lado já se revela excessivo em relação a produção de energia. Segundo, de verde ou ecológico tem muito pouco se considerarmos as matérias primas necessárias para a produção destes painéis assim como a durabilidade deles que resultara em milhões de toneladas de lixo tecnológico. Por fim e o mais absurdo é a falta de regras e critérios na escolha das áreas para estas instalações, o país está cheio de zonas degradadas ecologicamente que poderiam servir este fim. Mas como as zonas onde não há atividade de exploração humana e entregues a natureza, são áreas consideradas secundárias de menos interesse económico e por isso mais baratas, o que se assiste é a destruição de muitos ecossistemas naturais e autóctones dos poucos ainda existentes. Por fim, toda esta política está muito feita em termos imediatos, sem qualquer visão, estratégia ou critérios de bom senso. Em

vários países claramente mais avançados culturalmente e talvez menos subjugados pelo crescimento económico sem qualquer critério e aa qualquer custo, estão a instalar painéis em parques de estacionamento (criando sombras, em telhados de áreas industriais, habitações e ate em divisórias centrais de auto estradas.Em Portugal e como sempre, a pratica de gestão é de visão totalmente limitada e cheia de ignorância (ou ausência escrúpulos) fazendo simplesmente as coisa sem qualquer plano e regras

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83913 Claudia em 2025-04-17

Comentário:

este projeto não tem qualquer necessidade ou vantagem e as suas consequências a longo prazo serão desastrosas para a região

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

CONSULTA PÚBLICA

PROJETO “Central Solar Fundão-Penamacor- AIA 3780”

ALTRI FLORESTAL, S.A., sociedade comercial anónima, com sede na Leirosa, Freguesia de Marinha das Ondas, Concelho da Figueira da Foz, titular do número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 500 249 741, com o capital social de € 63.150.000,00, daqui em diante abreviadamente designada por “**ALTRI FLORESTAL**”, vem, no âmbito da Consulta Pública do projeto “Central Solar Fundão-Penamacor” – EIA 3780 (“**Consulta Pública**”), expor o seguinte:

Considerando o Volume II Relatório Síntese da EIA, a Altri Florestal gostaria de manifestar a sua preocupação por mais uma extensa área produtiva de eucalipto a desflorestar, com implicações ambientais e económicos e sem a devida compensação. Por outro lado, e na qualidade de gestora de área abrangida pelo corredor de preferência da Linha Elétrica, a Altri Florestal não foi consultada.

O projeto, **Central Solar de Fundão-Penamacor** (126,07 MWp) – CSFP, que engloba todas as componentes do projeto da central e respetiva subestação e **Linha de interligação, a 60 kV**, entre a Central Solar de Fundão Penamacor e a Subestação de Benquerença – **LE-CSFP.SBQ**, afeta as seguintes áreas de eucalipto e pinheiro, conforme quadro 5.16 apresentado na página 240 do Relatório Síntese:

Quadro 5.16 – Povoamentos Florestais de crescimento rápido impactados pela implantação do projeto

Povoamentos Florestais	ÁREA AFETADA (HA)
Eucalipto de produção (CSFP)	251,50
Eucalipto (LE-CSFP.SBQ)	3,24
Eucalipto de produção (LE-CSFP.SBQ)	4,92
Pinheiro bravo (LE-CSFP.SBQ)	5,46
TOTAL	265,12

No Relatório Síntese, não é claro se está salvaguardada a Faixa de Gestão de Combustíveis de 100m e se esta faixa se encontra na área de implementação da Central. Caso contrário, a área a desflorestar será maior do que a apresentada.

Escritórios
Quinta do Furadouro, 2510-582 Olho Marinho
Tel.: 262 965 100 Fax: 262 965 109

Sede
Leirosa, 3090-484 Marinha das Ondas
Tel.: 233 955 600



Com base naquele quadro, é feita a proposta de compensar a perda de floresta, eucaliptal, pinhal e quercíneas dispersas através de duas opções, quadro 5.17 do Relatório Síntese, página 241:

Quadro 5.17 - Área a compensar que garante compensação da capacidade de sequestro de carbono perdida pelas ações de desflorestação, por cenário alternativo de compensação (sobreiro ou pinheiro-bravo)

CENÁRIO ALTERNATIVO DE COMPENSAÇÃO	ELEMENTO DE PROJETO	ÁREA PLANTADA (HA)	CAPACIDADE DE SEQUESTRO DE CARBONO (TCO ₂ EQ)
Sobreiro	CSFP	9,94	1 889,54
	LE-CSFP.SBQ	7,20	1 367,82
	TOTAL	17,14	3 257,36
Pinheiro-bravo	CSFP	10,37	1 889,54
	LE-CSFP.SBQ	7,51	1 367,82
	TOTAL	17,88	3 257,36

O resultado apresentado no quadro acima, não pode representar valores de floresta que compensem a desflorestação de cerca de 265 ha. Além de não ser fundamentada a proposta de compensação, mesmo que no limite fosse possível uma plantação de cerca de 18 ha de sobreiro ou pinhal compensasse a perda de sequestro de carbono por cerca de 265 ha de floresta, a floresta é mais do que carbono, é regulação do clima, biodiversidade, é refugio da fauna, é conservação e proteção do solo, é proteção das linhas de água, é fonte de alimentos como cogumelos, de pastoreio, de apicultura, é recreio, são serviços de ecossistema que a área 18 ha não compensa 265 ha.

A compensação da floresta removida deveria ser no mínimo através da arborização da mesma espécie, no caso de eucalipto, de área equivalente à área desflorestada. Efetivamente, compreendendo a importância do investimento em energias renováveis e em particular em centrais solares, como é o caso, a Altri Florestal gostaria de reforçar a necessidade de manter a área arborizada, pelo que deve ser manifestada a necessidade de compensação, independentemente da espécie em causa. Para além das razões associadas à importância das áreas florestadas relacionadas com o clima, há razões socioeconómicas de relevância a ter em conta. O País pode e deve prevenir a perda de área arborizada através da utilização de área florestal de matos e pastagens, que, segundo dados do último inventário têm aumentado desde 1995, representando a segunda categoria mais expressiva de uso do solo (31%) (3.388 ha). Deste modo reforçamos a necessidade de enquadramento legal para projetos que reponham a área florestada intervencionada, para todas as espécies, através de mecanismos de compensação ou outros que se entenda apropriados.

Olho Marinho, 2 de junho de 2025.



Parecer sobre o estudo de impacto ambiental do projeto da Central Solar de Fundão-Penamacor e respetiva ligação a 60 KV, no âmbito da consulta pública em Junho 2025

1. Introdução

Este parecer técnico tem como objetivo analisar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) referente ao projeto da Central Solar de Fundão-Penamacor e respectiva ligação elétrica à subestação de Benquerença. A análise baseia-se nos documentos apresentados no EIA, considerando os potenciais impactos ambientais particularmente nas espécies de morcegos, as medidas mitigadoras propostas, a avaliação de impactos cumulativos e o plano de monitorização proposto.

2. Descrição do Empreendimento

O projeto da Central Solar de Fundão-Penamacor (CS Fundão-Penamacor), que pretende hibridizar o Parque Eólico de Penamacor (PE Penamacor), é constituído pelas seguintes componentes:

- Central solar (126,07 MWp) – que engloba todas as componentes do projeto da central (177565 módulos fotovoltaicos, 14 postos de transformação, acessos, valas técnicas, apoios que ocuparão uma área de 251,51 hectares) e a subestação 30/60 kV
- Linha Elétrica a 60 Kv, entre a CSFP e a Subestação de Benquerença.

O PE Penamacor é composto por cinco sub-parques eólicos, interligados por um conjunto de linhas elétricas a 60 kV até à subestação de Benquerença:

- Sub-parque de Penamacor 1, com 10 aerogeradores
- Sub-parque de Penamacor 2, com 7 aerogeradores
- Sub-parque de Penamacor 3A, com 10 aerogeradores
- Sub-parque de Penamacor 3B, com 23 aerogeradores
- Sub-parque de Sabugal, com 20 aerogeradores

A área de implantação da CS Fundão-Penamacor está localizada nos concelhos de Fundão e Penamacor, maioritariamente em áreas de floresta de eucalipto (79,5%), mas também em áreas de matos (5,3%), rede viária e espaços associados (4,7%), espécies invasoras (3,3%), florestas de pinheiro (2,4%), para além de outras classes com menor representatividade.

A CS Fundação-Penamacor não se sobrepõe a nenhuma Área Sensível.

3. Análise da situação de referência

Morcegos: Os morcegos desempenham um papel ecológico crucial como controladores de populações de insetos. São em geral espécies com fecundidade baixa, o que implica que os impactos negativos nas populações de morcegos têm consequências graves para a sua conservação e que podem persistir durante intervalos extensos de tempo.

Os morcegos estão protegidos pelas Convenções de Bona (Decreto nº 103/80, de 11 de Outubro) e Berna (Decreto-Lei nº 316/89, de 22 de Setembro), pelo Acordo sobre a Conservação das Populações dos Morcegos Europeus UNEP/EUROBATS (Decreto-Lei nº 31/95, de 18 de Agosto), constando várias espécies nos Anexos B-II e B-VI da Diretiva Habitats (transposta para a ordem jurídica nacional através dos Decreto-Lei 140/99, de 24 de Abril).

A alteração profunda no habitat originada por projetos de energias renováveis e em particular, pelas centrais fotovoltaicas, pode afetar significativamente as populações existentes na região, não só devido à perda potencial de áreas preferenciais de alimentação, como da eventual diminuição de disponibilidade de presas, ou até destruição de abrigos, principalmente devido ao corte de árvores.

Durante a fase de operação das centrais solares fotovoltaicas é muito provável que ocorra mortalidade para a generalidade das espécies de morcegos, situação já reportada nalguns projetos similares nos EUA. Esta pode ocorrer não só nas linhas de painéis solares, como também ao nível das próprias vedações, mas desconhece-se de momento qual a magnitude que a mesma pode ter.

A informação disponibilizada no EIA relativa aos morcegos, baseia-se apenas na consulta bibliográfica de trabalhos de âmbito nacional (e. g., Atlas dos Morcegos de Portugal Continental). O elenco de espécies indica a ocorrência de apenas três espécies, no corredor da linha elétrica (morcego-de-ferradura-grande, morcego-de-ferradura-pequeno e morcego-lanudo).

Não foram realizadas quaisquer amostragens direcionadas para os morcegos, nomeadamente amostragens acústicas para inventariação das espécies que ocorrem na área da central solar, e prospeção/monitorização de abrigos na sua área de influência. **Estranha-se em particular a ausência destas últimas, uma vez que no EIA foram identificadas sete antigas explorações mineiras, que poderão ser utilizadas como abrigo por morcegos, nomeadamente espécies cavernícolas que estão entre as mais ameaçadas em território nacional. A ausência desta informação no EIA é considerada uma falha do documento porque não permite avaliar com exactidão e plenamente os impactos do projecto.**

4. Análise dos Impactes Ambientais

Os **impactes negativos identificados estão muito incompletos, porque** referem-se apenas aos efeitos de barreira e de exclusão, não sendo avaliado o impacto negativo da perda de habitat da extensa área do projeto, da destruição ou perturbação de abrigos e o impacto eventual da mortalidade por colisão com estruturas.

5. Análise das Medidas de Mitigação

Incompreensivelmente, o EIA não prevê medidas de mitigação para os morcegos.

6. Análise do Plano de Monitorização

Incompreensivelmente, o EIA não apresenta qualquer plano de monitorização para os morcegos.

7. Conclusão e Recomendações

Face aos potenciais impactes negativos provocados pela CS Fundação-Penamacor, considera-se que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) terá que incluir os seguintes aspetos relativamente aos morcegos:

- Caracterização da situação de referência (ano 0) que inclua amostragens acústicas (campanhas mensais de março a outubro; detetores de ultrassons passivos de espectro total; amostragens contínuas desde o pôr-do-sol até mínimo de 4h depois; número de locais de amostragem adequados à dimensão da CS e aos principais habitats presentes).
- Prospeção/monitorização de abrigos (raio de até 10km ao redor da área de implantação da CS e 200m em redor dos apoios da linha elétrica com especial atenção aos períodos de hibernação e maternidade e às antigas explorações mineiras identificadas).
- Avaliação dos impactes provocados pela CS.
- Avaliação dos impactes cumulativos com outros projetos em locais próximos, que possam originar mortalidade sobre os morcegos e alterações significativas de habitat (Sub-parques eólicos de Penamacor 1 e 2; vias de comunicação, sistemas agrícolas - Aproveitamento Hidroagrícola Cova da Beira; projetos de energia renovável em produção ou previstos). Estes projetos, em fase de exploração ou previstos para a região, têm que ser considerados na análise de impactos cumulativos.
- Plano de Monitorização (PM) que inclua pelo menos os dois primeiros anos de exploração e caso se considere necessário, também a fase de construção da CS. O PM deverá adotar as metodologias já implementadas para o ano 0 (se necessário, ajustá-las) e determinar a mortalidade provocada pela CS (prospeção de cadáveres semanal pelo menos de Março a Outubro, nas áreas dos painéis fotovoltaicos, linha elétrica, postos de transformação e vedações; amostragens de fatores de correção de estimativas de mortalidade).

Considera-se ainda que o Projeto:

- Não deverá afetar núcleos de quercíneas, nomeadamente os que contenham árvores maduras ou de maior porte.

- Deverá manter/criar corredores ecológicos que aumentem a conectividade entre os principais habitats utilizados pelos morcegos (núcleos de quercíneas, galerias ripícolas e outros que venham a ser detetados nos estudos de caracterização, dentro e fora da área de implantação da CS).
- Deverá implementar medidas de minimização de risco de mortalidade de espécies arborícolas, aquando do corte de árvores, principalmente árvores maduras.
- Deverá implementar medidas de mitigação de perda de habitat em áreas adjacentes à CS, e de minimização do efeito barreira, como por exemplo a criação de novas áreas florestais com sobreiros e outras folhosas autóctones, estabelecimento de corredores ecológicos entre núcleos de painéis solares, etc. Estas medidas irão favorecer também outros grupos faunísticos.

A CHIRO – Associação **Morcegos.PT**

2 de junho de 2025

CENTRAL SOLAR FUNDÃO PENAMACOR

HIBRIDAÇÃO DO PARQUE EÓLICO E RESPETIVA LINHA ELÉTRICA

AIA Nº 3780

Parecer no processo de consulta pública

A Biond – Associação das Bioindústrias de Base Florestal, no âmbito da consulta pública do projeto de Central Fotovoltaica do Fundão - Penamacor e respetiva linha elétrica, que abrange os concelhos de Fundão e Penamacor, manifesta a sua preocupação quanto à redução de ocupação florestal pela instalação das infraestruturas de energias renováveis e das faixas de proteção legal associadas, estas últimas, nomeadamente no que diz respeito ao Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais peca por defeito pela interpretação legal apresentada (detalharemos oportunamente neste parecer).

Destacamos que o ritmo de desflorestação que decorre para a instalação destas infraestruturas, como garante suficiente para fazer face aos efeitos das alterações climáticas, não aparenta ser a estratégia mais adequada porque, de certa forma, fere de razoabilidade os compromissos que Portugal assumiu, a nível nacional e internacional:

- “Declaração dos Líderes sobre Florestas e Uso do Solo”, subscrita em conjunto com mais 140 países no âmbito da COP 26 em Glasgow (2021), comprometendo-se com o uso sustentável dos solos e com a conservação, proteção, gestão sustentável e restauro das Florestas e de outros ecossistemas terrestres;
- Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), mesmo com a antecipação da meta para 2045, que para o sector florestal, refere que o País deverá ter um aumento da ocupação florestal (novas arborizações) a fim de caminhar no sentido da neutralidade carbónica. Tornando-se evidente que, o arranque de área de Floresta, deveria estar condicionado à obrigatoriedade de compensação em área equivalente e de espécies idênticas;
- Regulamento (EUDR) visa contribuir para travar a desflorestação à escala global, em que a Europa quer continuar a assumir-se como líder no processo de, por um lado travar a desflorestação e, por outro lado, promover o aumento da área de Floresta dentro e fora das suas fronteiras;

• São também disso exemplo a Nova Estratégia da UE para as Florestas 2030, e a iniciativa “3 billion trees” (https://ec.europa.eu/environment/3-billion-trees_en) apoiada pelo Governo português.

Externalidades positivas da Floresta

A questão do Carbono é, obviamente, um ponto importante para efeitos de tomada de decisão, mas não é menos verdade que a Floresta fornece à sociedade um conjunto muito alargado de serviços de ecossistema que são igualmente relevantes, e que não são passíveis de ser fornecidos por estas infraestruturas.

Mais do que estar em causa a defesa de um valor natural específico, as linhas elétricas e os painéis solares têm um impacto negativo na paisagem, no valor ecológico e na biodiversidade. Uma floresta com gestão ativa, onde a produção, conservação e proteção estão ligadas, dá rendimento a proprietários, reduzindo o abandono das terras e a desertificação dos espaços rurais, contribuindo ainda para o controlo de invasoras, problema que é necessário enfrentar.

A Biond alerta para o facto de que uma opção declarada pela redução da área de Floresta terá sempre um conjunto de impactos negativos que não foram devidamente estimados e ponderados. Acresce que a instalação de novas infraestruturas de distribuição de energia não tem de implicar a redução da área florestal ou agrícola, podendo ser usada área de matos e pastagens, que corresponde a cerca de 30% de Portugal continental, de acordo com os resultados do último Inventário Florestal Nacional (ICNF, 2019) ou, procurar-se outras alternativas em espaços já impermeabilizados, como sejam zonas industriais e parques de estacionamento exteriores.

Análise do estudo EIA do projeto

Verifica-se na instalação da central fotovoltaica e respetiva linha elétrica (Corredor C) uma redução de 81,9% da área atual de floresta de produção (eucalipto e pinheiro manso) e de 62,7% de área para produção de bens agrícolas e florestais (eucalipto, pinheiro-bravo, culturas de regadio e sequeiro), respetivamente, sem qualquer compensação associada. Estas percentagens num total de 279,53 ha afetados para a instalação destas infraestruturas.

Há que referir e destacar que as interpretações de que:

- 1) Como o novo uso do solo não é floresta, não tem que cumprir as normas do Programa Regional de Ordenamento Florestal, no que aos corredores ecológicos dizem respeito é pouco aceitável do ponto de vista técnico num

estudo desta natureza. A definição destes corredores ecológicos pressupõe que existe interconetividade entre habitats e não há como justificar que uma interrupção de quase 280 ha no total da área não obriga a medidas compensatórias associadas; e

- 2) Assumir que os PMDFCI dos dois municípios abrangidos, por estarem em vigor já salvaguardam todas as faixas de proteção à infraestrutura que ainda não existe, é defender que os mesmos deveriam ter previstos faixas para infraestruturas que ainda não existiam ao tempo do seu planeamento. A legislação atual do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais é clara nas responsabilidades e na obrigação de execução da rede secundária, bem como na existência de usos compatíveis nesta Rede que impossibilitam o uso de espécies como o eucalipto e o pinheiro-bravo. Assim, não fica claro se a área afetada por esta instalação não atingirá valores ainda mais significativos.

Há que alertar para os efeitos cumulativos de novas centrais fotovoltaicas, não só para o raio de 10 km que são estudadas, mas essencialmente para a escala nacional, pois está-se a comprometer não só a absorção de carbono pelas espécies florestais, como pelo solo, parâmetros pobremente analisados para as ocupações de solo de floresta de produção.

Conclusão

Pelo que atrás ficou exposto, entende-se ter ficado claro que a solução de permitir subtrair área florestal ao território podendo ser fundamentado do ponto de vista energético, aponta para uma desconexão entre programas estratégicos.

Reitera-se a advertência de que retirar floresta instalada com gestão ativa, sem quaisquer contrapartidas biofísicas de compensar as mesmas, compromete a sustentabilidade ecológica e económica. Idealmente, a compensação de perda de área arborizada devia ser realizada antes da desflorestação, considerando o tempo necessário ao estabelecimento da nova floresta.

Neste sentido, a Biond propõe que os promotores do investimento contemplem como medida compensatória a instalação de povoamentos para todas as espécies florestais afetadas, de dimensão similar à área arrancada, ou mesmo superior, como forma de promover o aumento do coberto florestal no País, evitando que o país incorra num custo desnecessário de desflorestação e de impacto na paisagem.

No âmbito da Consulta Pública referente ao projeto da Central Solar Fundão- Penamacor, vem o Município do Fundão manifestar a sua posição perante o assunto em apreço.

Considerando o contexto atual relativamente à emergência de alteração do modelo energético, com vista à produção de energia mais segura, sustentável e a preços mais acessíveis, e à necessidade de acelerar a transição energética, de modo a reduzir a dependência de energias fósseis; as questões inerentes às alterações climáticas e os seus impactes negativos decorrentes, designadamente, do uso de energias fósseis, a Câmara Municipal do Fundão reconhece a importância, nacional, da instalação de centrais solares fotovoltaicas.

No entanto, é também posição da Câmara Municipal que os promotores dos projetos desta natureza devem especificar qual o interesse municipal dos mesmos, em particular para as comunidades locais afetadas pela instalação destes parques e ainda, quais as externalidades positivas na vida e no território abrangido pelo concelho, razão pela qual a instalação de parques solares, de acordo com n.º7 do artigo 11º do Plano Diretor Municipal (publicado no Diário da República 2ª Série, pelo Aviso n.º 20155-I/2023, de 20 de outubro, com as alterações introduzidas por: Aviso n.º 1578/2024, de 22 de janeiro e Aviso n.º 2118/2025/2, de 23 de janeiro), está sujeita à emissão de Declaração de Interesse Municipal.

Assim, devem ser acauteladas e/ou desenvolvidas as seguintes medidas de Mitigação e Compensação, de forma a ressarcir as comunidades locais do impacto que a instalação de uma central solar com uma área de cerca de 60 hectares no concelho do Fundão representa. Uma área desta dimensão, manifesta, sempre, uma alteração significativa na paisagem local, sobretudo em zonas anteriormente ocupadas por vegetação natural. Apesar da distância ao aglomerado populacional mais próximo ser de 1,5 km (Quintas da Torre), salienta-se a existência de alguns edifícios e quintas isoladas para os quais a visibilidade da central pode ser relevante, já que a área de intervenção se localiza a cotas de baixa altitude.

Desta forma, deve a empresa desenvolver as seguintes medidas, para além das já propostas no EIA em apreciação:

Redução do Impacto na Biodiversidade e na Paisagem:

- Mitigação de impactes ambientais e integração paisagística;
- Redução da pegada ecológica e valorização dos serviços de ecossistema;
- Plano de reposição do solo após o fim de vida útil da infraestrutura ou cessação da exploração;
- Compatibilidade com atividades agro-silvo-pastoris (integração agrovoltaica);
- Reflorestação com espécies de árvores autóctones em áreas definidas pela comunidade local.

Medidas de Compensação:

- Geração de emprego e envolvimento de empresas e trabalhadores locais;
- Disponibilização de eletricidade produzida pela central ou de excedentes da UPAC para comunidades de energia ou para indústrias locais, criando fatores de competitividade local;
- Proposta de medidas de compensação não pecuniárias, como:
 - investimentos em mobilidade;
 - apoio a projetos de relevante impacto social;
 - promoção de projetos culturais e artísticos;
 - apoio ao empreendedorismo local;
 - investimento em eficiência energética.
- Requalificação de estradas e/ou caminhos vicinais na área de influência dos projetos;
- Apresentação de Relatório de Participação Pública e Envolvimento das comunidades locais, fomentando a transparência e o envolvimento comunitário.

Município do Fundão

2 de junho 2025

No âmbito da Consulta Pública referente ao projeto da Central Solar Fundão- Penamacor, vem o Município do Fundão manifestar a sua posição perante o assunto em apreço.

Considerando o contexto atual relativamente à emergência de alteração do modelo energético, com vista à produção de energia mais segura, sustentável e a preços mais acessíveis, e à necessidade de acelerar a transição energética, de modo a reduzir a dependência de energias fósseis; as questões inerentes às alterações climáticas e os seus impactes negativos decorrentes, designadamente, do uso de energias fósseis, a Câmara Municipal do Fundão reconhece a importância, nacional, da instalação de centrais solares fotovoltaicas.

No entanto, é também posição da Câmara Municipal que os promotores dos projetos desta natureza devem especificar qual o interesse municipal dos mesmos, em particular para as comunidades locais afetadas pela instalação destes parques e ainda, quais as externalidades positivas na vida e no território abrangido pelo concelho, razão pela qual a instalação de parques solares, de acordo com n.º7 do artigo 11º do Plano Diretor Municipal (publicado no Diário da República 2ª Série, pelo Aviso n.º 20155-I/2023, de 20 de outubro, com as alterações introduzidas por: Aviso n.º 1578/2024, de 22 de janeiro e Aviso n.º 2118/2025/2, de 23 de janeiro), está sujeita à emissão de Declaração de Interesse Municipal.

Assim, devem ser acauteladas e/ou desenvolvidas as seguintes medidas de Mitigação e Compensação, de forma a ressarcir as comunidades locais do impacto que a instalação de uma central solar com uma área de cerca de 60 hectares no concelho do Fundão representa. Uma área desta dimensão, manifesta, sempre, uma alteração significativa na paisagem local, sobretudo em zonas anteriormente ocupadas por vegetação natural. Apesar da distância ao aglomerado populacional mais próximo ser de 1,5 km (Quintas da Torre), salienta-se a existência de alguns edifícios e quintas isoladas para os quais a visibilidade da central pode ser relevante, já que a área de intervenção se localiza a cotas de baixa altitude.

Desta forma, deve a empresa desenvolver as seguintes medidas, para além das já propostas no EIA em apreciação:

Redução do Impacto na Biodiversidade e na Paisagem:

- Mitigação de impactes ambientais e integração paisagística;
- Redução da pegada ecológica e valorização dos serviços de ecossistema;
- Plano de reposição do solo após o fim de vida útil da infraestrutura ou cessação da exploração;
- Compatibilidade com atividades agro-silvo-pastoris (integração agrolvoltaica);
- Reflorestação com espécies de árvores autóctones em áreas definidas pela comunidade local.

Medidas de Compensação:

- Geração de emprego e envolvimento de empresas e trabalhadores locais;
- Disponibilização de eletricidade produzida pela central ou de excedentes da UPAC para comunidades de energia ou para indústrias locais, criando fatores de competitividade local;
- Proposta de medidas de compensação não pecuniárias, como:
 - investimentos em mobilidade;
 - apoio a projetos de relevante impacto social;
 - promoção de projetos culturais e artísticos;
 - apoio ao empreendedorismo local;
 - investimento em eficiência energética.
- Requalificação de estradas e/ou caminhos vicinais na área de influência dos projetos;
- Apresentação de Relatório de Participação Pública e Envolvimento das comunidades locais, fomentando a transparência e o envolvimento comunitário.

Município do Fundão

2 de junho 2025

Assunto: Consulta pública - Central Solar Fundão-Penamacor

02 de junho de 2025

Ex.mos. Srs. Promotores – Lestenergia Exploração de Parques Eólicos, SA;
Ex.mo Sr. Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente,

A Vulture Conservation Foundation (VCF), em representação do consórcio do projeto [LIFE Aegypius Return](#), vem pelo presente apresentar um parecer à consulta pública sobre a Avaliação de Impacte Ambiental da Central Solar Fundão-Penamacor (CSFP).

O projeto LIFE Aegypius Return foca-se na conservação do abutre-preto (*Aegypius monachus*) em Portugal e no oeste de Espanha e detém informação detalhada e atualizada sobre a espécie, o que é relevante para mitigar impactos associados a grandes empreendimentos e projetos energéticos, como a Central Solar em apreço.

O abutre-preto é uma ave planadora, necrófaga, de grande porte, que detém o estatuto de ameaça Em Perigo, em Portugal (Almeida *et al.*, 2022). Depois de décadas sem se reproduzir no nosso país, a espécie tem recuperado e, em 2024, foram confirmados [pelo menos 108 casais](#) nidificantes em Portugal, organizados em cinco colónias reprodutoras que estão em expansão. Duas destas colónias encontram-se bastante próximas do projeto da CSFP: a colónia da Serra da Malcata a menos de 17 km e a do Tejo Internacional a menos de 55 km. Adicionalmente, em Espanha estão também três colónias de reprodução relativamente próximas: Canchos de Ramiro a menos de 50 km, a colónia da Serra de Gata a menos de 58 km e a de Ladroneira a menos de 80 km. (Estas distâncias foram medidas entre o centroide do projeto e o centroide da mancha de ninhos conhecidos em cada colónia, pelo que existem ninhos a distâncias inferiores às indicadas.)

De um modo geral, os abutres-pretos adultos utilizam regularmente áreas em torno do ninho até 80 km (Costillo *et al.*, 2007), e com maior intensidade num raio mais proximal de 40 km, nomeadamente para a procura de alimento (sem prejuízo de algumas aves ou dos indivíduos imaturos poderem fazer movimentos de muito maior ou menor distância).

Desde 2018, a VCF e os seus parceiros já marcaram com emissor GPS/GSM, nas várias colónias de abutre-preto em Portugal, um total de 67 abutres-pretos, que representam apenas uma pequena fração da população nacional desta espécie. Desses, uma subamostra de 63 indivíduos permitiram uma análise de movimentos relevante para o presente parecer. Entre 17/11/2018 e 25/03/2025 (datas apresentadas no formato dd/mm/aaaa), um total de 27 abutres-pretos (43% dos indivíduos analisados) marcados com emissor GPS/GSM utilizaram ou atravessaram a área de implantação da CSFP ou a sua envolvente, num raio de 10 km em torno do centroide (**Fig. 1, Tabela 1**). Alargando esse raio para 20, 40 e 80 km, o número de abutres-pretos com movimentos registados durante o mesmo período aumenta para 35 (56%), 42 (67%) e 48 (76%), respetivamente (**Fig. 2, Tabela 1**).

Nota: O intervalo de datas para os movimentos das várias aves é variável, refletindo os dados obtidos desde que cada indivíduo foi marcado, ou desde que tenha saído do ninho, no caso de crias, até à data mais recente

em que tenha sido possível obter dados e movimentos relevantes. No conjunto dos abutres-pretos com emissor GPS/GSM, o período de monitorização apresentado é de 17/11/2018 a 25/03/2025.

Na **Fig. 2** verifica-se um aumento do número de indivíduos a utilizar a área ao longo dos anos – com um maior número de registos em 2023 e 2024 – o que é expectável face à recuperação da espécie em Portugal e no oeste de Espanha, e também atendendo ao maior número de aves marcadas em anos mais recentes. Chama-se ainda a atenção para o facto de, apesar da colónia mais próxima da CSFP ser a da Malcata, a área do raio proximal de 10 km é utilizada por abutres oriundos de todo o país, e também de Espanha (**Tabela 1**). Estudos publicados em revistas científicas internacionais reforçam a utilização da área por abutres-pretos em dispersão, oriundos de diferentes colónias de reprodução de Espanha (García-Macía *et al.*, 2024).

Assim se torna claro que a região a impactar é de elevada importância para o abutre-preto, o que se deverá ao adequado e atrativo habitat agro-silvo-pastoril presente na região.

Não sendo outras espécies de aves necrófagas alvos diretos do projeto LIFE Aegypius Return, devemos ainda chamar a atenção para os movimentos de britango (*Neophron percnopterus*, estatuto Em Perigo) também registados na área de projeto. A VCF e/ou os seus parceiros marcaram em Portugal um número bastante reduzido de indivíduos desta espécie (um total de 11 indivíduos marcados no âmbito do projeto [LIFE Rupis](#)). Não obstante, foram registados movimentos de sete britangos (64% dos indivíduos marcados) no raio de 80 km em torno da área de implantação do projeto, e de dois no raio de 20 km. Estes britangos são oriundos de várias colónias reprodutoras do país. Atendendo ao reduzido número de britangos marcados em Portugal, o registo de movimentos de dois indivíduos na área de implantação do projeto e de um relativamente elevado número de indivíduos marcados na região envolvente – e comprovadamente indivíduos em migração –, enfatiza a importância da região como corredor de voo e de migração. Note-se que o uso regular desta região por britangos em migração foi também publicado no meio científico. Por exemplo, no estudo de Oltra *et al.* (2024), demonstra-se o uso regular da área por britangos provenientes do Douro Internacional e da Galiza.

Todos os dados acima apresentados demonstram a importância da região como corredor de voo/migração para aves planadoras – em particular para duas espécies com estatuto de conservação Em Perigo, o abutre-preto e o britango –, o que contradiz a informação que fica implícita pelas afirmações “as áreas em estudo para a central fotovoltaica e corredores da linha elétrica não se sobrepõem com áreas muito críticas e/ou críticas para as aves” ou “a Linha Elétrica não atravessa áreas críticas e muito críticas para as aves, ou seja, áreas de relevância para as aves em termos de nidificação e/ou alimentação”, constantes nas páginas 317 e 571 do EIA (v. 24/03/2025), respetivamente. Efetivamente, mediante a cartografia e critérios apresentados como fundamento, essa sobreposição não é imediatamente perceptível, mas face à informação de terreno registada pelas aves marcadas, conforme explicado no presente parecer, a sobreposição é muito evidente.

Estudos feitos pela VCF com os movimentos de aves marcadas no ninho demonstram que, no caso do abutre-preto, os juvenis concentram 75% da sua atividade vital durante os primeiros cinco a seis meses de vida num raio de cerca de 15 km em torno do ninho. Estando a colónia reprodutora da Malcata a menos de 17 km, a linha elétrica constituirá um efetivo risco de colisão e de eletrocussão.

O risco de colisão e eletrocussão para o abutre-preto e o britango estão já previstos em manuais técnicos como de ICNF (2019). A informação exposta no presente parecer demonstra, para a eletrocussão, um risco de grau III: *a ocorrência de mortalidade constitui um importante fator de mortalidade, representando uma ameaça de extinção a nível regional ou a escala mais alargada*, atendendo ao relativamente reduzido tamanho da colónia da Malcata.

Face ao exposto, solicitamos que a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) tenha em conta os fatores listados de seguida:

- Na página 281 do EIA explica-se que *“caracterização da fauna, nas áreas de estudo da central fotovoltaica e corredores da linha elétrica, foi realizada com recurso a consulta bibliográfica e prospeções em campo. As prospeções de campo foram realizadas a 20 de maio de 2024.”* Desta afirmação depreende-se que as prospeções referidas representam a totalidade da aplicação da metodologia de caracterização da fauna, e, portanto, da inventariação de aves, nos pontos de observação indicados. Ou seja, o trabalho de campo parece ter-se limitado a um dia de prospeção. Este aspeto deve ser clarificado, pois, a ser correta a interpretação de que o trabalho de campo tenha decorrido num só dia, esse esforço de prospeção da avifauna foi manifesta e gravemente insuficiente para apresentar conclusões sobre um potencial impacto do projeto.

- A monitorização das aves deve ser reforçada com metodologia dirigida a aves de rapina e planadoras ainda em fase de Avaliação de Impactos. A título de exemplo, nem os trabalhos de campo, nem os estudos bibliográficos indicaram a ocorrência do abutre-preto, que é agora uma espécie relativamente comum na região, como demonstrado pelos movimentos das aves marcadas. Adicionalmente, o trabalho do projeto LIFE Aegyptius Return tem sido amplamente difundido por todos os canais de comunicação do consórcio, bem como pela comunicação social e autoridades, não sendo compreensível que se deixe esta espécie – que já em 2023 registava [14 casais reprodutores na Malcata](#) – de fora do elenco avifaunístico a considerar.

- Deve ser reconhecido o uso regular da área pelo menos pelo abutre-preto, em proximidade considerável a locais de reprodução (particularmente os da Malcata), e, consequentemente, a importância da área como corredor de dispersão e a sua classificação como área crítica, segundo o critério *“corredores migratórios e de dispersão de importância reconhecida e área utilizada de forma relevante durante a época de reprodução por outras espécies com estatuto de ameaça elevado (CR, EN, VU) e com risco de colisão elevado”* (ICNF, 2019).

- Sempre que possível, deve optar-se pelo enterramento das linhas elétricas, que é a melhor solução técnica para eliminar riscos de colisão. Quando tal não for possível, deve investir-se numa ótima sinalização das linhas, com recurso às melhores soluções técnicas disponíveis (de momento, dispositivos do tipo *fireflies*).

- Devem ser impreterivelmente cumpridas todas as recomendações técnicas relativas ao risco de colisão e eletrocussão aplicáveis à linha elétrica a implementar (e.g. ICNF, 2019).

- Todos os apoios das linhas (média e alta tensão e subestação) devem ser adequadamente isolados, para minimizar o risco de eletrocussão.

- Apesar de aparentemente reduzido, o risco de mortalidade de aves (nomeadamente, abutres) por colisão com a linha elétrica não deve ser menosprezado. Neste contexto, ressalta-se que qualquer mortalidade individual, tratando-se de indivíduos migradores ou que vivem em locais muito afastados da região (como os

abutres-pretos da região do Douro, do Alentejo, e de colónias em Espanha) e de espécies com colónias reprodutoras limitadas, isoladas e de relativa pequena dimensão, o impacto sobre qualquer indivíduo terá repercussão sobre a dimensão e capacidade de sobrevivência da respetiva colónia e, logo, da população nacional (risco de eletrocussão nível III).

- Deve ser criteriosamente analisado e discutido o potencial efeito de exclusão para as aves necrófagas durante as fases de construção e exploração da central solar, nomeadamente no que respeita ao seu potencial como área de alimentação ou mesmo de expansão do abutre-preto, que fica condicionado ou impossibilitado.

- Considera-se que a análise dos efeitos cumulativos da CSFP com outros projetos previstos ou implementados na região, para o descritor da biodiversidade, é algo superficial (página 702 do EIA). Pelos motivos expostos neste parecer e atendendo ao estatuto de ameaça do abutre-preto (e do britango), à proximidade a locais de reprodução, ao uso frequente e recorrente da área de estudo e ao número de empreendimentos projetados ou em funcionamento na região, o impacto cumulativo deve ser considerado muito significativo.

- Será relevante a fase de AIA esclarecer o enquadramento da CSFP no contexto das Áreas de Aceleração de Energias Renováveis e respetivos cenários (GTAER, 2024).

- Reconhecendo-se a importância e necessidade da produção de energia com base em fontes renováveis, devem ser discutidas, com as partes interessadas na conservação do património natural, e das aves em particular, a implementação de medidas compensatórias face ao significativo e inevitável impacto que a CSFP terá na região.

Os parceiros do projeto LIFE Aegypius Return disponibilizam-se, desde já, a fornecer informação e dados científicos de que disponham para apoiar os processos de tomada de decisão face à redução de impactos.

Movimentos de Abutre-preto

17 Novembro 2018 a 25 Março 2025

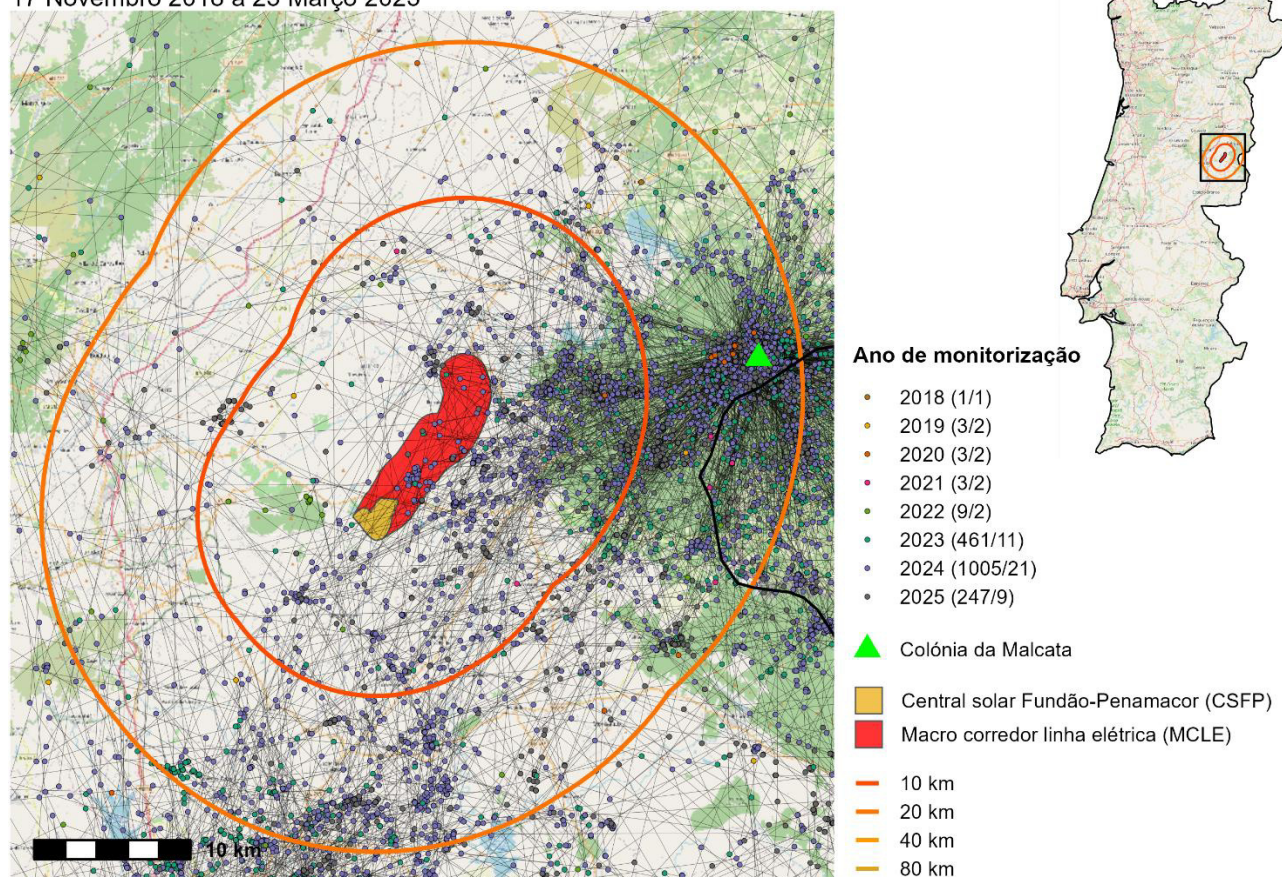


Fig. 1. Mapa dos movimentos de 35 abutres-pretos marcados com emissor GPS/GSM que utilizaram a área de estudo da Central Solar Fundão-Penamacor e sua envolvente, num raio de 20 km em torno do centroide da área de estudo.

Os movimentos estão agrupados por cada ano de monitorização, entre 17/11/2018 e 25/03/2025 (dd/mm/aaaa). Para apresentação simplificada dos movimentos das aves, todos os dados foram estandardizados para um ponto por hora. Junto ao ano, estão indicados entre parêntesis o número total de dias em que a área foi utilizada por abutres-pretos em cada ano e o número de indivíduos com movimentos detetados na região em cada ano (dias/ind).

Movimentos de Abutre-preto

17 Novembro 2018 a 25 Março 2025

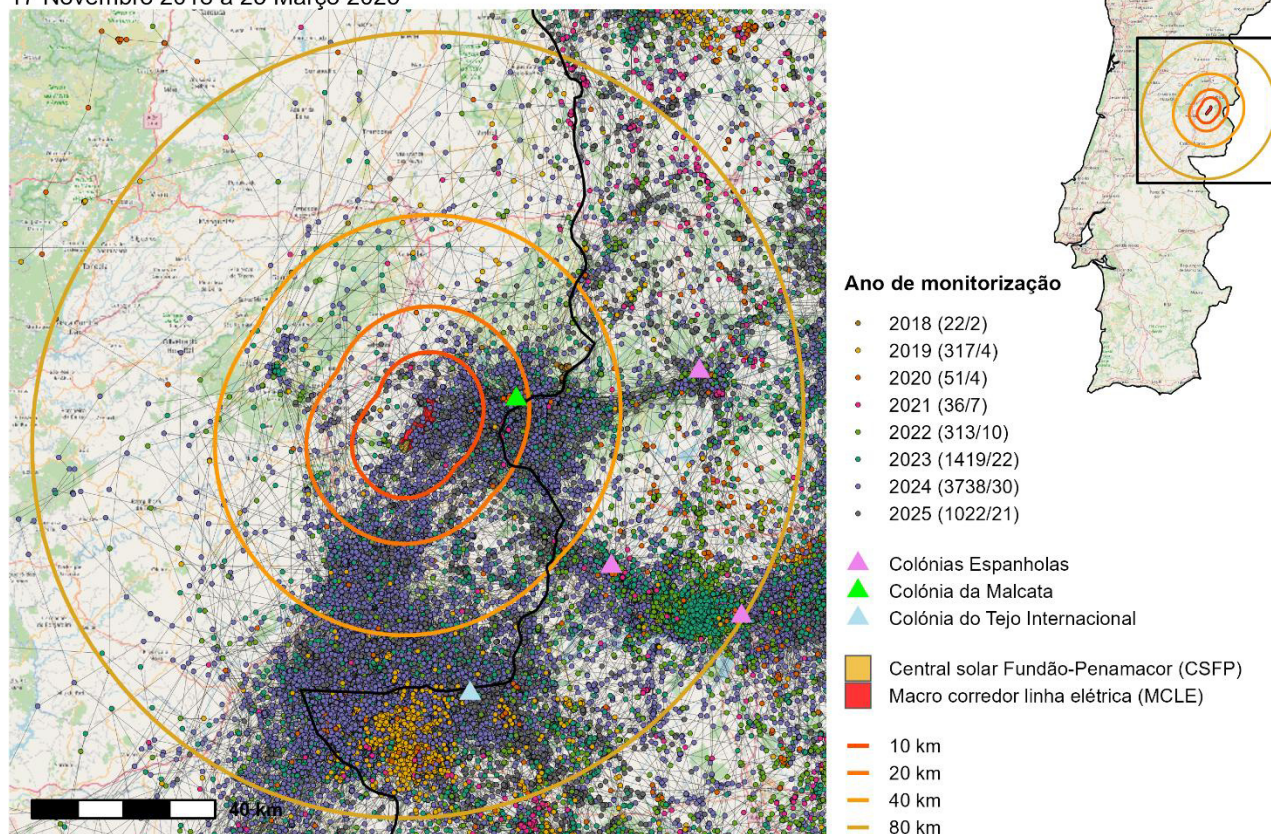


Fig. 2. Mapa dos movimentos de abutres-preto marcados com emissor GPS/GSM que utilizaram a área de estudo da Central Solar Fundão-Penamacor e sua envolvente: 27 abutres-preto num raio de 10 km em torno do centroide da área de estudo; 35 abutres-preto num raio de 20 km; 43 abutres-preto num raio de 40 km e 49 abutres-preto num raio de 80 km.

Os movimentos estão agrupados por cada ano de monitorização, entre 17/11/2018 e 25/03/2025 (dd/mm/aaaa). Para apresentação simplificada dos movimentos das aves, todos os dados foram estandardizados para um ponto por hora. Junto ao ano, estão indicados entre parêntesis o número total de dias em que a área foi utilizada por abutres-preto em cada ano e o número de indivíduos com movimentos detetados na região em cada ano (dias/ind).

Tabela 1. Colónia de origem ou local de libertação (no caso de indivíduos reabilitados) dos abutres-pretos que usaram a área de implantação da Central Solar Fundão-Penamacor e sua envolvente, num raio de 10, 20, 40 ou 80 km.

	Colónia de origem/Local de libertação	Id. abutre-preto	10 km	20 km	40 km	80 km
1	Douro Internacional (111 km da CSFP)	Arribes			x	x
2		Cantalpino		x	x	x
3		Carrascalinho		x	x	x
4		Esperanca		x	x	x
5		Juniperus	x	x	x	x
6		Lagoaca	x	x	x	x
7		Lechuga				x
8		VideAndre				x
9		Zelha				x
10		Zimbro	x	x	x	x
11	Serra da Malcata (17 km da CSFP)	1T	x	x	x	x
12		1U	x	x	x	x
13		1X	x	x	x	x
14		2C	x	x	x	x
15		2E	x	x	x	x
16		2M	x	x	x	x
17		2S	x	x	x	x
18		Brutus		x	x	x
19		Coa		x	x	x
20	Tejo Internacional (55 km da CSFP)	5F			x	x
21		5H	x	x	x	x
22		5X		x	x	x
23		Aquis	x	x	x	x
24		Aravil	x	x	x	x
25		Aroeira		x	x	x
26		Natator			x	x
27		Orca			x	x
28		Rosa			x	x
29		Rosa-Albardeira	x	x	x	x
30		Roselha-Grande	x	x	x	x
31		Rosmaninho	x	x	x	x
32		Sergio	x	x	x	x
33	Herdade da Contenda (234 km da CSFP)	Bolota	x	x	x	x
34		BumbleFoot	x	x	x	x
35		Chaparrito				x
36		Esteva	x	x	x	x
37		Mirante		x	x	x
38		Monsanto			x	x
39		Moura	x	x	x	x
40		Murtigao	x	x	x	x
41		Raia	x	x	x	x
42		Rias	x	x	x	x
43		Safara	x	x	x	x
44		SantoAleixo				x
45		Tomina	x	x	x	x
46	Vale do Guadiana (111 km da CSFP)	Bruma	x	x	x	x
47		Caparica			x	x
48	Salamanca (ES) (110 km da CSFP)	Jacinto				x
TOTAL Abutres-pretos			27	35	42	48

Movimentos de Britango

13 Junho 2017 a 14 Março 2025

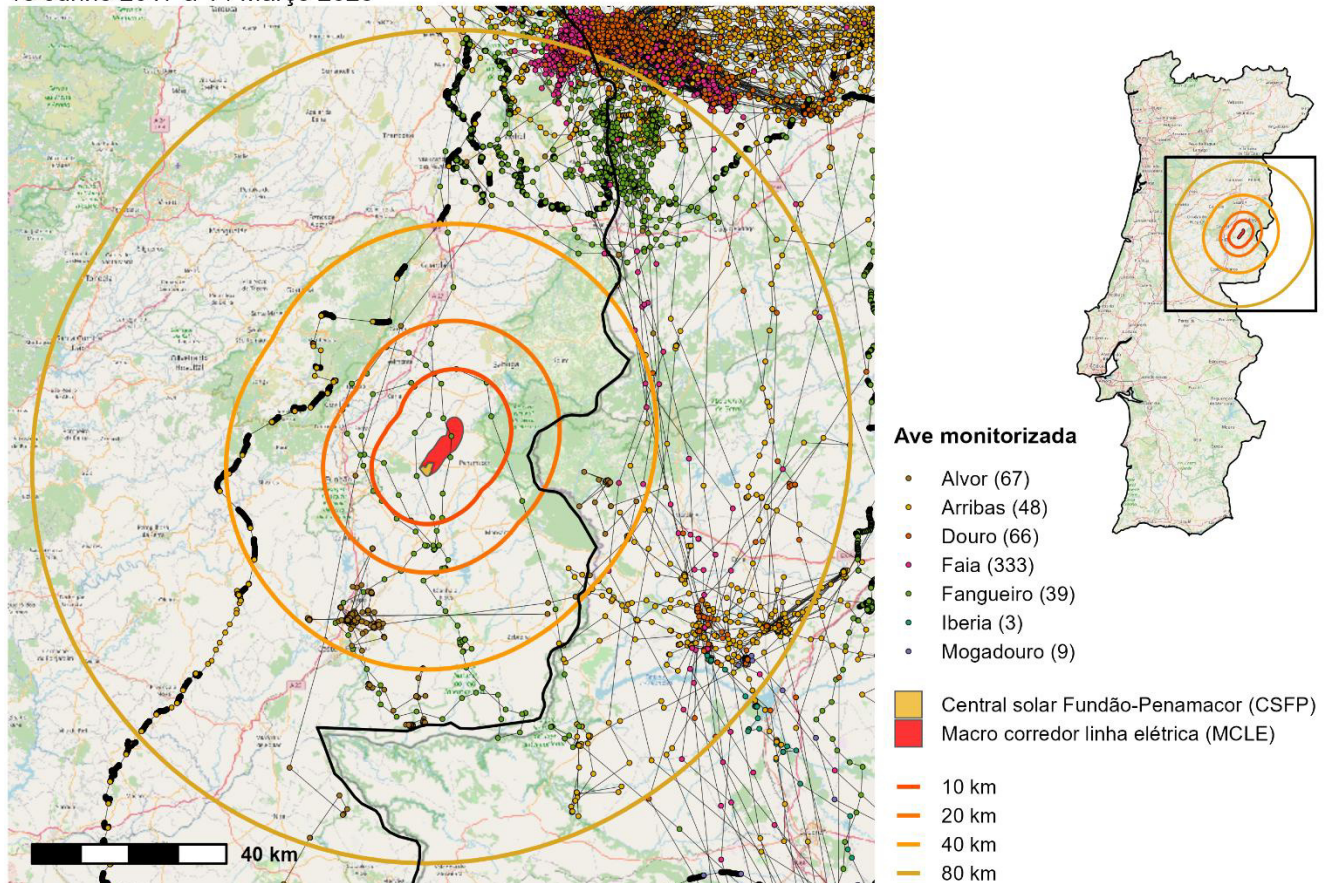


Fig. 3. Mapa dos movimentos de britangos marcados com emissor GPS/GSM que utilizaram a área de estudo da Central Solar Fundão-Penamacor e sua envolvente entre 13/06/2017 e 14/03/2025: 2 britangos num raio de 20 km em torno do centroide da área de estudo; 4 britangos quando considerado um raio de 40 km e 7 britangos quando considerado um raio de 80 km. Dados registados à taxa de aproximadamente um ponto por cada 10 minutos, durante o período diurno.

Para apresentação simplificada dos movimentos das aves, todos os dados foram estandardizados para um ponto por hora. Na legenda, junto ao nome de cada britango monitorizado está indicado entre parêntesis o número total de dias em que a ave permaneceu na região.

Referências:

Almeida, J.; Godinho, C.; Leitão, D.; Lopes, R.J. 2022. Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental. SPEA, ICNF, LabOR/UE, CIBIO/BIOPOLIS, Portugal.

Costillo, E.; Corbacho, C.; Sánchez, J.M.; Villegas, A. 2007. Áreas de campeo. In: Moreno-Opo, R. y Guil, F. (Coords.) Manual de gestión del hábitat y de las poblaciones de buitre negro en España. Dirección General para la Biodiversidad. Ministerio de Medio Ambiente. Madrid.

García-Macía, J.; Álvarez, E.; Galán, M.; Iglesias-Lebrija, J.J.; Gálvez, M.; Plana, G.; Vallverdú, N.; Urios, V. 2024 Age, season and sex influence juvenile dispersal in the Iberian cinereous vultures (*Aegypius monachus*). Journal of Ornithology, 165(2), 325–335. <https://doi.org/10.1007/s10336-023-02126-z>

GTAER. 2024. Resultados e conclusões do GTAER – Grupo de Trabalho para a definição das Áreas de Aceleração de Energias Renováveis. Grupo de Trabalho para a definição das Áreas de Aceleração de Energias Renováveis (GTAER), Março 2024, Portugal.

ICNF. 2019. Manual de apoio à análise de projetos relativos à instalação de linhas aéreas de distribuição e transporte de energia elétrica – versão revista. Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade. Relatório não publicado.

Oltra, J.; García, J.; Carbonell, I.; Jambas, J.; Álvarez, E.; Iglesias-Lebrija, J.J.; Gil-Carrera, A.; Pérez-García, J.M.; Frías, Ó.; González del Barrio, J.L.; Blanco, G. 2024. Early life movements and mortality of Egyptian vultures: Implications for transcontinental conservation. Ecology and Evolution, 14(9), p.e70291. <https://doi.org/10.1002/ece3.70291>

Com os melhores cumprimentos,
Pelo consórcio



Milene Matos

Coordenadora do projeto **LIFE Aegypius Return**
Vulture Conservation Foundation
Wuhrstrasse 12, CH-8003, Zurich, Switzerland

m.matos@4vultures.org • +351 964 712 455
www.4vultures.org